

**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**90280/2026/SMS**

**PROCESSO01/08/24**  
**6018.2025/0099152-2**

**CONTRATANTE (UASG)**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO – Gabinete (925003)**

**OBJETO**  
REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOHOSPITALARES (APARELHO DE RAIO-X MÓVEL, APARELHO DE ULTRASSOM SEM APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA, APARELHO DE ULTRASSOM COM APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA, FOCO CIRÚRGICO DE TETO E FOCO CIRÚRGICO DE SOLO MÓVEL) DESTINADOS AOS HOSPITAIS MUNICIPAIS DE SAÚDE VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**  
Dia 25/05/2026 às 10h00min (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
**MENOR PREÇO POR ITEM**

**MODO DE DISPUTA:**  
**ABERTO/FECHADO – AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**FASE DE HABILITAÇÃO**  
Após as fases de apresentação de propostas, Lances e Julgamento

**COMISSÃO/PREGOEIRO DESIGNADO**  
**05ª CPL/SMS – DAYANE ALVES**  
E-mail: [dayanealves@prefeitura.sp.gov.br](mailto:dayanealves@prefeitura.sp.gov.br)  
Telefone: (11) 5461-8928

Considerando AUSÊNCIA DE CÓDIGO ESPECÍFICO para CADA ITEM no COMPRAS.GOV, solicitamos que para a formação da proposta de preço e seu registro no sistema, o Licitante baseie-se **EXCLUSIVAMENTE** nas informações do Edital, especialmente nas ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO e demais condições do TERMO DE REFERÊNCIA - TR.



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
SAÚDE

***PE 90280/2026/SMS***

Caso haja divergência entre o descritivo lançado no COMPRAS.GOV e o do TERMO DE REFERÊNCIA - TR, sempre prevalecerá o que consta no **TR**.

## ÍNDICE

### I EDITAL

Preâmbulo – Indicação da Unidade

1. Embasamento Legal;
2. Objeto;
3. Condições de participação;
4. Acesso às informações;
5. Impugnação do Edital
6. Apresentação da Proposta de Preços;
7. Abertura da sessão e classificação inicial das propostas de preços;
8. Etapa de Lances;
9. Modo de disputa **aberto e fechado**;
10. Julgamento;
11. Habilitação;
12. Amostras **(não aplicável)**;
13. Fase Recursal;
14. Adjudicação e Homologação;
15. Preço;
16. Disposições da Ata de Registro;
17. Condições do ajuste;
18. Prazo, Condições e locais de Entrega;
19. Recebimento do Objeto;
20. Condições de Pagamento;
21. Das Penalidades;
22. Disposições Finais.

### II ANEXOS

**ANEXO I:** Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento do Objeto

**ANEXO II:** Modelo de Proposta de Preços

**ANEXO III:** Modelo de Declarações

**ANEXO IV:** Modelo de Declaração de não cadastramento e inexistência de débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo;

**ANEXO V:** Modelo Parâmetros para Análise de Balanço;

**ANEXO VI:** Minuta Ata Registro de Preços.

**ANEXO VII:** Minuta de Ata de Registro de Preço – Cadastro Reserva

**ANEXO VIII:** Minuta de Contrato

## **PREÂMBULO**

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, pela **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**, situada na Rua Dr. Siqueira de Campos, nº 176 – Liberdade – São Paulo, Capital, CEP 01509-020, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de **menor preço** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES (APARELHO DE RAIO-X MÓVEL, APARELHO DE ULTRASSOM SEM APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA, APARELHO DE ULTRASSOM COM APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA, FOCO CIRÚRGICO DE TETO E FOCO CIRÚRGICO DE SOLO MÓVEL) DESTINADOS AOS HOSPITAIS MUNICIPAIS DE SAÚDE VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO**, conforme descrição no **Anexo I** deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>) - **UASG nº 925003, PMSP-SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às **10h00min do dia 25/05/2026**.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do Pannel de Negócios, da PMSP.

## **1 EMBASAMENTO LEGAL**

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.

## **2 OBJETO**

**2.1** O presente pregão tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES (APARELHO DE RAIO-X MÓVEL, APARELHO DE ULTRASSOM SEM APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA, APARELHO DE ULTRASSOM COM APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA, FOCO CIRÚRGICO DE TETO E FOCO CIRÚRGICO DE SOLO MÓVEL) DESTINADOS AOS HOSPITAIS MUNICIPAIS DE SAÚDE VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

- 2.2.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos ITENS forem de seu interesse.

**2.2.1** Por força do Decreto Municipal 62.100/2022 que revogou os Artigos 25 e 26 do Decreto Municipal nº 56.475/2015, não haverá cota reservada para ME/EPP/COOP, vinculada a Itens de Ampla Participação nos itens deste Pregão.

- 2.3** Deverão ser observadas as especificações e condições de fornecimento constantes do Termo de Referência – **Anexo I**, parte integrante deste edital.

### **3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

#### **3.1 Poderão participar da licitação as empresas que:**

- a)** atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, **desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) – Certificado Digital ICP-Brasil.**
  - a.1)** As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o **terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.**
- b)** tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;
- c)** **não** estejam sob processo de falência;
  - c.1)** É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;
- d)** **não** tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal;
- e)** **não** estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública deste Município;
- f)** **não** se enquadrem nas seguintes **vedações** de participação (art. 14 da Lei 14.133/2021):
  - f.1)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que

Ihe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

- f.2)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- f.3)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- f.4)** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.
  - f.4.1)** As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- f.5)** Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição;

**3.2** As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, bem como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, devendo para tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

**3.2.1 Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006 no caso de licitação para**

aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.2.1.1** A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.2.1.2** Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

**3.3** Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

**3.4** A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada na cláusula “1” deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

## **4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES**

**4.1** Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico: [dayanealves@prefeitura.sp.gov.br](mailto:dayanealves@prefeitura.sp.gov.br) .

**4.2** Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

## **5 IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**5.1** Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail, [dayanealves@prefeitura.sp.gov.br](mailto:dayanealves@prefeitura.sp.gov.br), em seu corpo ou documento anexo.

**5.1.1** No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

- a) do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
- b) do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

**5.2** Caberá ao agente de contratação se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame

**5.3** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

**5.4** A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

**5.5** Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

**5.6** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**5.7** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

## **6 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**6.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço ou percentual de desconto, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema.

**6.1.1** A licitante deverá indicar na sua proposta o “Valor”, “Marca”, “Fabricante” e “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, de forma semelhante ao estabelecido no Termo de Referência - **Anexo I** deste Edital.

**6.1.2** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**6.1.3** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações.



- 6.1.4** A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- 6.1.5** A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 6.1.6** Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.
- 6.1.6.1** Os preços unitários e total deverão possuir até 04 (quatro) casas decimais.
- 6.1.7** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.
- 6.1.8** Após os lances e negociação de preços, a licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, QUANDO SOLICITADO PELO PREGOEIRO, conforme disposto no Item 8.14. deste Edital, de acordo com o formulário que segue como **Anexo II** deste Edital, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.
- 6.1.9** A proposta deverá ter **validade de 60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data de sua apresentação.
- 6.1.10** O preço máximo admitido do presente processo licitatório é sigiloso, nos termos do art. 13 da Lei nº 14.133/21 e do Art. 24 inc. II e serão informados somente após o final da etapa de conclusão do certame.
- 6.1.11** Para aferição preliminar da compatibilidade do produto ofertado frente solicitado, deverá ser apresentado juntamente com a Proposta de Preços e os documentos de Habilitação (item 11.5 e seus subitens

**deste Edital), assim que solicitado pelo Pregoeiro, os seguintes documentos:**

- a) Comprovação da regularidade do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, através de cópia do registro ou da isenção, ou de notificação ou cadastramento, ou ainda, se for o caso, comprovação de que o produto não está sob controle sanitário;
- b) Catálogo Técnico Original com foto contendo a marca, modelo, especificação completa do produto ofertado, registro na Anvisa, sendo que estes deverão estar claramente assinalado ou grifada as informações técnicas relevantes, de modo a possibilitar a rápida identificação pela Comissão Técnica responsável pela análise, este deverá estar em língua portuguesa do Brasil;
- c) Manual do equipamento em língua portuguesa do Brasil;
- d) Na proposta deverão constar de forma clara: a marca, modelo, descrição técnica detalhada do produto e nº do registro na ANVISA;
- e) Para o item 1, Raio X móvel, Anotação **de Responsabilidade Técnica (ART)** ou **Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)**, assinada por engenheiro responsável (engenheiro elétrico, engenheiro clínico), vinculada ao CREA relativa ao fornecimento e instalação do equipamento.

**7 ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**7.1** Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.

**7.2** A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

**7.3** Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;

- b) que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;
- c) Estipule preços inexecutáveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente;

7.4 A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

7.5 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

7.6 Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

## 8 ETAPA DE LANCES

8.1 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.

8.1.1 O lance deverá ser ofertado por **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**.

8.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.

8.3 A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto maior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o **intervalo mínimo de 0,01% (um centésimo por cento)** em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.4 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.5 As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

8.6 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7 Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

- 8.8** No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como de cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, no certame licitatório, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir:
- 8.8.1** Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.
- 8.8.2** Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.
- 8.8.3** Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015 (COOP), convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo apurado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP/COOP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.
- 8.8.4** Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.9** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado
- 8.10** Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

- 8.11** Após a etapa de lances, se a melhor proposta estiver em desconformidade com o preço máximo estipulado para a contratação, o pregoeiro poderá negociar melhores condições.
- 8.12** Quando o primeiro colocado, em que pese a negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes.
- 8.13** A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.
- 8.14** O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável a partir e solicitação fundamentada, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizado e os documentos de habilitação (item 11.5 e seus subitens deste edital).
- 8.15** Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **9. MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**

- 9.1** Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.
- 9.2** No modo de disputa aberto e fechado a etapa de envio de lances terá duração de 15 (quinze) minutos.
- 9.3** Decorrido o prazo inicial, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 9.4** Em sequência, será aberta oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo, bem como os das ofertas com valores de até 10% (dez por cento) superiores possam apresentar lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, podendo os licitantes, nestas condições, optarem por manter o último lance da etapa aberta ou ofertar melhor lance. O lance final será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.4.1** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 9.5** Expirados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

## **10. JULGAMENTO**

- 10.1** Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO UNITÁRIO ITEM**, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.
- 10.2** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.
- 10.3** É recomendável, nesta fase, que sejam consultados os cadastros previstos no item 11.6.8, em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.
- 10.4** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.
- 10.5** Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos do item 7.3.
- 10.6.** Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.
- 10.7** Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo esta encaminhar, em prazo estabelecido pelo pregoeiro(a), através do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, a proposta de preço, conforme Anexo II, juntamente com os documentos listados no item 6.1.11 e 11.5 e seus respectivos subitens.
- 10.8** O Pregoeiro deverá verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Administração, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.
- 10.9** Em caso de incompatibilidade de algum valor unitário com os parâmetros da Administração, estes poderão ser negociados com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, sem possibilidade de majoração do preço final alcançado na fase de lances.
- 10.10** Para a aquisição de bens é indício de inexecuibilidade valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública, a qual só será

declarada após diligência que comprove que o custo ultrapassa o valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, garantida manifestação do licitante.

**10.11** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o pregoeiro, desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.

**10.12** Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação.

## **11 HABILITAÇÃO**

**11.1** Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

**11.2** A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no **SICAF**.

**11.2.1** Caso os dados e informações constantes do **SICAF** não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

**11.2.2.** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio alcançarão dos documentos exigidos no subitem 11.5 deste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

**11.2.3** Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

**11.3** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.



**11.4** Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

**11.5** A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

**11.5.1 Habilitação jurídica:**

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa individual de Responsabilidade Limitada, que conforme Art. 41 da Lei Federal nº 14.195/2021, de 26/08/2021, passa a ser Sociedade Limitada Unipessoal – SLU;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Apresentar **Alvará ou Licença de Localização e Funcionamento**, em vigor, emitido pela autoridade competente do município onde a empresa estiver situada, comprovando a regularidade da sua atividade no endereço informado.;
- g) **Certidão de Regularidade Técnica emitida pela Vigilância Sanitária estadual ou municipal** do local onde a empresa está sediada, válida na data da licitação, comprovando que a empresa está apta a atuar no ramo de comercialização de equipamentos médicos.
- h) Apresentar Certificado de Autorização de Funcionamento (AFE) emitido pela ANVISA, válido na data da licitação, comprovando que a empresa está regularmente autorizada a exercer atividades relacionadas à comercialização, distribuição e/ou manutenção de equipamentos médicos hospitalares em âmbito nacional.

**11.5.2 Regularidade fiscal e trabalhista:**



- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- c) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
- d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.
  - d.1) No caso de o licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder.
- e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Certidão de Regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal.
- g) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

**11.5.2.1** Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

**11.5.3 Qualificação econômico-financeira:**

- a) **Certidão negativa de pedido de falência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa licitante em data **não superior a 60 dias** da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.
  - a.1) Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.

- b) **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;
- b.1) Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balancetes mensais, conforme disposto na Lei Federal nº 8.541/1992;
- b.2) Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:
- b.2.1) Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;
- b.2.2) As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, através de Cópia, Registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;
- b.2.3) Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício.
- b.3) Será considerada inabilitada a empresa que não obtiver **índices de liquidez corrente, liquidez geral e solvência**

**geral** maiores ou iguais a 1,00, apurados segundo os parâmetros estabelecidos no **Anexo V** deste Edital, observada a norma do subitem 11.5.3 **b.4)**.

- b.4)** A empresa que não tiver alcançado os índices exigidos no subitem 11.5.3 **b.3)** será habilitada desde que tenha Patrimônio Líquido equivalente a 5% (cinco por cento) do valor médio estimado da contratação.

**11.5.4 Qualificação técnica:**

- a)** g) Atestado (s) de Capacidade Técnico-Operacional, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem em quantidade mínima de **30% do objeto do descritivo, de acordo com cada item**.
- a.1)** O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade.
- a.1.1)** Será admitida para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, desempenhado atividade pertinente e compatível com o objeto descrito no presente termo de Referência, incluindo a manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças e acessórios, calibração e testes de segurança elétrica com emissão de certificados.
- b)** Declaração do licitante indicando a empresa autorizada que prestará serviços de assistência técnica em São Paulo, durante e posterior a garantia;

**11.5.5 Outros Documentos:**

- a)** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21

- b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;
- c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.
- d) Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
- g) Declaração de não Cadastramento e Inexistência de Débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo – **Anexo IV**.

**11.5.5.1** As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e assinadas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no Anexo III do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

**11.6** A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

**11.6.1** Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

- 11.6.2** Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.
- 11.6.3** Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.
- 11.6.4** Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 11.6.4.1** Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.
- 11.6.4.2** Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 11.6.5** Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.
- 11.6.6** Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.
- 11.6.7** Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.
- 11.6.8** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:
- a)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
  - b)** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

- c) Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico [https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes\\_ui.aspx/sancoes.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui.aspx/sancoes.aspx);
- d) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos\\_e\\_servicos/empresas\\_punidas/index.php?p=9255](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255);
- e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

**11.6.8.1.** As consultas referentes aos subitens b) e e) poderão ser efetuadas através: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

**11.6.8.2** As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

**11.7** Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

**11.7.1** Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

**11.7.1.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015.

**11.7.2** Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

**11.7.3** Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, salvo na hipótese de inversão de fases; caso em que os licitantes deverão encaminhar a proposta e, simultaneamente, os documentos de habilitação, por meio do sistema.

**11.7.4** Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**11.7.5** Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos, e amostras aprovados, se requerida, o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

## **12. AMOSTRAS**

**12.1.** Não será exigida amostras para a presente contratação.

## **13 FASE RECURSAL**

**13.1** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**13.2** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

**13.3** Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

**13.4** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**13.5** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

**13.6** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.



- 13.7** O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

#### **14 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 14.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 14.2.** Nos termos do art. 82, VII, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 96, do Decreto nº 62.100/2022, os licitantes remanescentes que concordarem em se registrar no CADASTRO RESERVA, com o preço do licitante vencedor, poderão fazê-lo, desde que atendidos todos os requisitos de habilitação previstos no item 6.1.11 e 11, deste edital.

- 14.2.1** Para fins do disposto no item 14.2, após a declaração do licitante vencedor, o Pregoeiro deverá consultar aos demais licitantes acerca do interesse em se registrarem no CADASTRO RESERVA conforme art. 96 do Decreto 62.100/2022. Havendo interesse das licitantes remanescentes, poderão ser registrados até o máximo de três licitantes para cada item licitado, na ordem de classificação, incluída a proposta vencedora;

- 14.2.2** Os licitantes remanescentes que concordarem em registrar o preço na forma do disposto no item 13.2, ficam obrigados ao cumprimento da respectiva Ata de Registro de Preços, pelo respectivo período de vigência e quantitativo total estimado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório;

- 14.2.3** Os fornecimentos por qualquer das detentoras, observada a ordem de classificação, somente ocorrerão em caso de impossibilidade, relacionadas exclusivamente a caso fortuito e força maior, de fornecimento pelas detentoras antecedentes, sem prejuízo das penalidades cabíveis, atendido o disposto no art. 96, do Decreto nº 62.100/2022.

#### **15 PREÇO**

- 15.1** O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.

- 15.2** Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, etc., e constituirá, a



qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

- 15.3** Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data base fixada na Ata de Registro de Preços.

**16. DISPOSIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CONTRATO**

- 16.1.** As obrigações decorrentes deste PREGÃO consubstanciar-se-ão em Ata de Registro de Preço e do Contrato, cujas minutas constam dos **Anexos VII e XI**.

- 16.2.** O prazo para devolução da Ata de Registro de Preço assinada será de 03 (três) dias úteis, contados da convocação da adjudicatária via e-mail.

- 16.2.1.** A Ata assinada poderá ser devolvida ao mesmo e-mail no caso de assinatura digital ou via postagem, endereçada ao Setor de Atas, Rua Dr. Siqueira de Campos, nº 176 – 5º andar – São Paulo – SP.

- 16.2.2.** A Ata de Registro de Preços assinada deverá ser acompanhada de:

- 16.2.2.1.** Documentos atualizados, se necessário: Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS, bem como comprovado que o licitante não se encontra com pendências no Cadastro Informativo Municipal – CADIN.

- 16.3.** A Ata de Registro de Preço deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante a apresentação de procuração e cédula de identidade, na hipótese de nomeação de procurador, caso não seja a mesma pessoa já identificada no processo uma vez comprovado o recolhimento dos emolumentos devidos e atendidas as exigências do subitem 16.2.2.1.

- 16.4.** O prazo para assinatura da ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

- 16.5.** O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de um ano, prorrogável por até igual período, mediante o cumprimento satisfatório das obrigações da Detentora, bem como aferição de vantagem técnica/econômica mediante pesquisa mercadológica.

**16.5.1** O atendimento do item 16.5, nas hipóteses em que os contratos decorrentes da utilização de Ata de RP onerarem dotação orçamentária referente à transferência de recursos de outro ente federativo, fica condicionada à observação da legislação do respectivo órgão.

## **17. CONDIÇÕES DO AJUSTE**

**17.1** É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.

**17.1.1** Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação.

**17.1.2** O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgação nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e <http://e-negociosidadesp.prefeitura.sp.gov.br> – Secretaria da Saúde

**17.1.3** Na sessão o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

## **18. PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAIS DE ENTREGA**

**18.1** O prazo de entrega do objeto contratual, será o prazo declinado na proposta respeitado o limite estabelecido no **Anexo I** neste edital.

**18.1.1** Somente serão analisados pela Administração os pedidos de prorrogação do prazo de entrega do objeto que se apresente com as condições seguintes:

- a)** até a data final prevista para a entrega; e,
- b)** instruídos com justificativas que demonstrem fato imputável exclusivamente à Administração Pública ou caso fortuito e força maior.

**18.1.2** Os pedidos instruídos em condições diversas das previstas no subitem anterior serão indeferidos de pronto.

**18.2** O material deverá ser entregue de acordo com o ofertado na proposta, no local e horário discriminado no **Anexo I** deste Edital, correndo por conta da Contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento.

**18.3** A documentação a ser entregue pelo fornecedor é a seguinte:

- a) Primeira Via da Nota Fiscal;
- b) Nota Fiscal Fatura;
- c) Cópia reprográfica da Nota de Empenho.

**18.3.1** Na hipótese de existir Nota de retificação e/ou Nota Suplementar de Empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos citados.

## **19. RECEBIMENTO DO OBJETO**

**19.1** O objeto da contratação será recebido pela contratante provisoriamente e definitivamente consoante o disposto art. 140 da Lei Federal nº 14.133 e art. 141, inciso II, do Decreto Municipal nº 62.100/22.

**19.1.1** O descarregamento do objeto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária, se assim o for.

**19.1.2** No ato da entrega, os produtos serão recebidos pela Contratante, para posterior verificação do atendimento às condições deste Edital e da conformidade com a marca e/ou fabricante declinados na proposta.

**19.1.3** Caso seja constatado que os produtos entregues apresentam irregularidades, não correspondem às especificações deste Edital ou não conferem com a marca e/ou fabricante declinados na proposta da Contratada ou estão fora dos padrões determinados, eles serão rejeitados e devolvidos, podendo a Administração rescindir a contratação ou determinar a substituição dos produtos, pelos corretos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da comunicação, por escrito, mantido o preço contratado e sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**19.1.4** Caso as irregularidades digam respeito à diferença de quantidade ou de partes, a Administração poderá determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**19.1.4.1** Na hipótese de complementação, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

**19.1.5** O recebimento e aceite do objeto pela Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as especificações estabelecidas no **Anexo I**, verificadas posteriormente.

## **20. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**20.1** O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento do objeto, mediante o fornecimento do material e a entrega na Unidade Requisitante dos documentos discriminados na cláusula 19.1.3 deste edital e o atestado de recebimento e aprovação dos produtos pela Prefeitura.

**20.1.1** A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida.

**20.1.2** Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

**20.1.3** Antes do pagamento a contratante efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência.

**20.2** Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do material.

**20.3** Os pagamentos obedecerão às Portarias da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Social (SF) em vigor, ficando ressalvada qualquer alteração quanto às normas referentes a pagamento dos fornecedores.

## **21. PENALIDADES**

**21.1** São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22.

**21.1.1** As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

**21.2** Ocorrendo recusa da adjudicatária na assinatura da Ata de Registro de Preços e a Ata de Cadastro Reserva, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
- b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

**21.2.1** Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

**21.3** À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 21.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

**21.4** As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

**21.4.1** Multa de 0,5% (meio ponto percentual) sobre o valor do contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o máximo de 10 (dez) dias.

**21.4.1.1** No caso de atraso por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da CONTRATANTE, a rescisão contratual, por culpa da CONTRATADA, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

- 21.4.2 Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento).
- 21.4.3 Multa por inexecução total do contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 21.4.4 Pela rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.
- 21.4.5 **Multa de 2%** sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento de qualquer obrigação contratual não prevista nos itens anteriores;
- 21.4.6 **Multa diária de 1%** sobre o valor do material não entregue, limitada a **19 (dezenove) dias**; ultrapassado esse prazo, será caracterizada a inexecução parcial ou total, conforme o caso;
- 21.4.7 **Multa de 5%** sobre o valor do material entregue em desconformidade com as especificações do Edital ou do contrato, sem prejuízo da exigência de substituição;
- 21.5** As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.
- 21.8** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Diretoria de Suprimentos, Rua Dr. Siqueira de Campos, nº 176 – 5º andar – Liberdade – São Paulo-Capital, e protocolizado nos dias úteis, das 08h00 às 17h00.
- 21.8.1** Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.
- 21.8.2** Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.
- 21.9** Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 21.10** São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 22.1** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.2** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.3** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PMSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.4** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.
- 22.4.1** A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.
- 22.5** A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 22.6** O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.
- 22.7** A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 22.8** O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.



- 22.9** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.
- 22.10** Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata de Registro de Preços e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.
- 22.11** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
- 22.12** A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.
- 22.13** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.
- 22.14** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21.
- 22.15** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.
- 22.16** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.
- 22.17** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Painel de Negócios, no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
- 22.18** O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.
- 22.19** O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Painel de Negócios da PMSP.
- 22.20** As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/22.
- 22.21.** As condições, prazos, obrigações e penalidades enumeradas nas cláusulas anteriores também deverão ser observadas pelos interessados no Cadastro Reserva.



**22.22.** O licitante vencedor deverá, caso nunca tenha fornecido à PMSP anteriormente, no prazo de 03 (três) dias úteis, a partir da homologação do certame, encaminhar aos cuidados do pregoeiro responsável, os documentos relacionados abaixo, para que seja providenciado o cadastro da empresa junto à Secretaria de Finanças – SF, sob pena de aplicação das penalidades previstas no subitem 22.3 deste Edital:

**22.21.1.** Cópia do cartão do CNPJ;

**22.21.2.** Cópia de comprovante da conta corrente no Banco do Brasil em nome da empresa constando RAZÃO SOCIAL e CNPJ.

**22.21.3.** Procuração, com firma reconhecida, em nome da pessoa que for assinar a FACC (documento de cadastro junto a CONT/SF) ou contrato social em que conste o nome da pessoa autorizada a assinar pela empresa.

**22.22** Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

São Paulo,

**DAYANE ALVES DA SILVA SANTOS**

Pregoeiro da 5ª CPL/SMS

Portaria nº 614/2025/SMS

## **ANEXO – I - TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. OBJETO**

REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES (**APARELHO DE RAIOS-X MÓVEL, APARELHO DE ULTRASSOM SEM APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA, APARELHO DE ULTRASSOM COM APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA, FOCO CIRÚRGICO DE TETO E FOCO CIRÚRGICO DE SOLO MÓVEL**) DESTINADOS AOS HOSPITAIS MUNICIPAIS DE SAÚDE VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO.

### **2. JUSTIFICATIVA**

A presente contratação, por meio de Ata de Registro de Preços, tem como objetivo assegurar a disponibilidade de equipamentos médico-hospitalares essenciais para a manutenção e melhoria da assistência prestada nos hospitais municipais de saúde vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.

A inclusão do **Aparelho de Raios-X móvel** justifica-se pela necessidade de ampliar e agilizar os exames de imagem em setores como pronto-socorro, enfermarias e unidades de terapia intensiva, reduzindo o deslocamento de pacientes e otimizando o fluxo assistencial.

Os **Aparelhos de Ultrassom**, tanto com aplicação transesofágica quanto sem, são fundamentais para o diagnóstico por imagem em diferentes especialidades médicas, permitindo desde avaliações gerais até procedimentos específicos de cardiologia e cirurgia, com maior precisão e segurança.

Já os **Focos cirúrgicos de teto e de solo móvel** são indispensáveis para a realização de procedimentos cirúrgicos, garantindo iluminação adequada, uniforme e de alta qualidade em centros cirúrgicos e em situações de emergência, assegurando

condições ideais de trabalho para as equipes médicas e maior segurança para os pacientes.

Assim, a presente iniciativa visa suprir demandas recorrentes e emergenciais da rede hospitalar municipal, padronizando aquisições, garantindo economicidade através do sistema de registro de preços e promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

### 3. DESCRIÇÃO TÉCNICA DOS ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT.
1	<p><b>APARELHO DE RAIO-X MÓVEL</b></p> <p>Equipamento destinado à realização e visualização de exames radiográficos à beira do leito (bedside) e/ou durante procedimentos cirúrgicos.</p> <p><b>Características Gerais:</b></p> <p>Sistema de radiografia digital direto (DR)</p> <p>Controles independentes para ajuste de:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• kV</li><li>• mAs</li></ul> <p>Indicadores digitais independentes de:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• kV</li><li>• mAs</li></ul> <p>Detector digital plano com dimensões mínimas de <b>34 x 42 cm</b></p> <p><b>Comando de disparo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Controle remoto sem fio, ou</li></ul>	30

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Controle remoto com cabo em espiral, com comprimento mínimo de 2,5 metros</li><li>• Botão de disparo em dois estágios:<ul style="list-style-type: none"><li>◦ 1º estágio: preparação do equipamento</li><li>◦ 2º estágio: realização da exposição radiográfica</li></ul></li></ul> <p><b>Sistema de imagem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Armazenamento de imagens em memória interna do sistema (console), podendo ser em tecnologia SSD ou equivalente, garantindo armazenamento seguro, rastreabilidade e integração com sistemas PACS/RIS</li><li>• Exibição simultânea em monitor integrado</li><li>• Monitor de no mínimo 12 polegadas, sensível ao toque (touchscreen)</li><li>• Possibilidade de processamento de imagens</li></ul> <p><b>Mobilidade e segurança:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Barra de direção e transporte do equipamento</li><li>• Sistema de travamento/freio de movimentação, por uma das opções:<ul style="list-style-type: none"><li>◦ acionamento na barra de transporte, ou</li><li>◦ travamento direto dos rodízios</li></ul></li><li>• Sistema de parada de emergência</li><li>• Indicador de carga de bateria e bateria fraca</li></ul> <p><b>3. Tubo de Raios-X e Gerador</b></p> <p><b>a) Para ânodo giratório:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Gerador de alta frequência com potência mínima de 30 kW</li><li>• Capacidade térmica do ânodo mínima de 120.000 HU</li><li>• Tamanho focal:</li></ul>	
--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"><li>○ Foco grosso: igual ou maior que 1,2 mm</li><li>○ Foco fino: igual ou menor que 0,7 mm</li><li>• Faixa operacional:<ul style="list-style-type: none"><li>○ 0,32 a 320 mAs</li><li>○ 40 a 100 kV</li></ul></li></ul> <p><b>b) Para ânodo estacionário:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Gerador com potência mínima de 2,5 kW</li><li>• Capacidade térmica do ânodo mínima de 50.000 HU</li><li>• Tamanho focal: 1,2 mm</li><li>• Faixa operacional:<ul style="list-style-type: none"><li>○ 0,25 a 25 mAs</li><li>○ 40 a 100 kV</li></ul></li></ul> <p><b>4. Colimador</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Ajuste do tamanho do campo de radiação</li><li>• Luz de centralização para posicionamento do paciente</li></ul> <p><b>5. Movimentos do braço</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Deslocamento horizontal</li><li>• Deslocamento vertical</li><li>• Rotação nos eixos X e Z</li></ul> <p><b>6. Características elétricas</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Alimentação elétrica: <b>bivolt automático – 60 Hz</b></li><li>• Cabo de alimentação com comprimento mínimo de <b>3 metros</b></li><li>• Bateria interna para funcionamento fora da rede elétrica, com autonomia mínima de <b>8 horas</b></li></ul>	
--	---	--

	<p><b>7. Conectividade</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Ethernet para computador e/ou impressora</li><li>• Rede sem fio (Wi-Fi) para envio de imagens ao PACS e/ou impressora</li><li>• Conexão USB</li><li>• Possibilidade de atualização para uso de ferramentas inteligentes de apoio à detecção de anormalidades (IA)</li></ul> <p><b>8. Peso e motorização</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Equipamento <b>obrigatoriamente motorizado</b> quando o peso for <b>igual ou superior a 150 kg</b></li><li>• Peso total do equipamento <b>não superior a 450 kg</b>, mesmo quando motorizado</li></ul> <p><b>9. Acessórios</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Suporte para coleto plumbífero</li><li>• Porta-objetos (pranchetas, documentos, etc.)</li><li>• Demais acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento</li></ul> <p><b>10. Garantia e assistência</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Garantia mínima de <b>24 (vinte e quatro) meses</b> a partir do recebimento definitivo</li><li>• Assistência técnica autorizada pelo fabricante em distância máxima de <b>200 km</b></li><li>• Equipamento com <b>registro válido na ANVISA</b></li></ul> <p><b>11. Escopo de fornecimento (obrigatório)</b></p> <p>O fornecimento deverá contemplar:</p>	
--	--	--



	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Entrega técnica</li><li>✓ Instalação</li><li>✓ Testes de funcionamento</li><li>✓ Testes de segurança elétrica e desempenho, com emissão de laudo de aceitação inicial</li><li>✓ Treinamento operacional</li><li>✓ Plano de manutenção preventiva e calibração conforme recomendação do fabricante (quando aplicável)</li></ul>	
2	<p><b>APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA SEM APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA</b></p> <p><b>1. Características gerais</b></p> <p>Equipamento transportável sobre rodízios.</p> <p>Mínimo de <b>4.000.000 canais digitais de processamento</b> para oferecer alta qualidade de imagem.</p> <p>Console ergonômico com ajuste de altura e teclas programáveis.</p> <p>Tecnologia de <b>feixes compostos</b> e tecnologia de <b>redução de ruído e artefatos</b>.</p> <p>Função de <b>Zoom Read/Write</b>.</p> <p>Pelo menos <b>50 presets programáveis pelo usuário</b>.</p> <p>Tecla que permite ajustes rápidos da imagem, otimizando ultrassom diagnóstico – gineco/obstetrícia e exames básicos.</p> <p>Tecla que permite ajustes rápidos da imagem, otimizando automaticamente os parâmetros para imagens em <b>modo B e modo Doppler</b>.</p> <p>Divisão de tela em <b>1, 2 e 4 imagens</b>.</p>	27

	<p>Permitir acesso às imagens salvas para <b>pós-análise e processamento</b>.</p> <p>Possibilitar <b>armazenar as imagens em movimento</b>.</p> <p>Pós-processamento de <b>medidas</b>.</p> <p>Pós-processamento de <b>textos</b>.</p> <p>Banco de palavras em <b>português</b>.</p> <p>Todos os <b>transdutores multifrequenciais, banda larga</b>.</p> <p>Passível de upgrade para:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• tecnologia de aquisição de imagens <b>4D</b></li><li>• <b>transdutor transesofágico</b></li><li>• <b>bateria com autonomia de no mínimo 60 minutos</b></li></ul> <p><b>2. Softwares e pacotes de análise</b></p> <p>Software de <b>imagem panorâmica</b> com capacidade de realizar medidas.</p> <p>Software de <b>análise automática da curva Doppler</b>.</p> <p>Software para as análises de <b>Strain cardíaco pela tecnologia Speckle Tracking</b>.</p> <p>Software deve ser entregue ou embarcado no equipamento ou através de <b>estação de trabalho devidamente instalado e operante</b>.</p> <p>Pacote de <b>cálculos específicos</b>.</p> <p>Pacote de <b>cálculos simples</b>.</p> <p><b>3. Modos de imagem</b></p> <p>Imagem <b>Trapezoidal no Transdutor Linear</b>.</p> <p>Imagem <b>Harmônica</b> com aplicação para todos os transdutores.</p> <p><b>Harmônica de Pulso Invertido</b>.</p>	
--	--	--



	<p>Imagem trapezoidal possibilitando <b>aumento de 20% do campo de visão em imagens com transdutor linear.</b></p> <p>Modos disponíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Modo <b>2D</b></li><li>• Modo <b>M</b></li><li>• Modo <b>M Anatômico</b></li><li>• Modo <b>Power Doppler</b></li><li>• Modo <b>Color Doppler</b></li><li>• <b>Modo Dual Live</b> (divisão de imagem em tela dupla: Modo B + Color Doppler, ambos em tempo real)</li><li>• <b>Power Doppler Direcional</b></li><li>• <b>Modo Doppler Espectral</b></li><li>• <b>Modo Doppler Contínuo</b></li><li>• <b>Tissue Doppler Imaging (TDI)</b> colorido e espectral</li><li>• <b>Modo Triplex</b> (facilidade de ajustes rápidos no modo B e Modo Doppler)</li></ul> <p><b>4. Monitor e interface</b></p> <p>Monitor: <b>Tela LCD ou LED de no mínimo 21 polegadas.</b></p> <p><b>Tela TOUCH de no mínimo 13 polegadas.</b></p> <p>Ajuste de <b>altura, ângulo e giro.</b></p> <p>Capacidade de <b>arquivar e revisar imagens.</b></p> <p>Frame rate mínimo: <b>2.000 frames por segundo.</b></p> <p>Faixa dinâmica de <b>no mínimo 320 dB.</b></p> <p><b>5. Armazenamento e conectividade</b></p> <p>HD ou SSD interno de <b>no mínimo 500 GB.</b></p> <p><b>04 portas USB no mínimo.</b></p> <p>Mínimo de <b>04 portas ativas para transdutores.</b></p>	
--	---	--

	<p>Conectividade de rede <b>DICOM 3.0</b>, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Media Storage</li><li>• Verification</li><li>• Print</li><li>• Storage</li><li>• Storage Commitment</li><li>• Worklist</li><li>• Query / Retrieve</li><li>• MPPS (Modality Performance Procedure Step)</li><li>• Structured Reporting</li></ul> <p>Gravação de imagens em <b>pen drive</b>. DICOM com <b>visualizador e leitor automático</b>.</p> <p><b>6. Impressão e gravação</b> Gravação de imagens em <b>pen drive</b>. Impressão direta. <b>Impressora dedicada</b>.</p> <p><b>7. Transdutores</b> Deve acompanhar os seguintes transdutores: <b>Transdutor Convexo</b> Frequências de <b>2.0 a 5.0 MHz</b>, com variação <math>\pm 1</math> MHz. <b>Transdutor Endocavitário</b> Frequências de <b>4.0 a 9.0 MHz</b>, com variação <math>\pm 1</math> MHz. <b>Transdutor Linear</b> Frequências de <b>4.0 a 12 MHz</b>, com variação <math>\pm 1</math> MHz. <b>Transdutor Setorial Adulto</b> Frequências ajustáveis de <b>2.0 a 4.0 MHz</b>, com variação <math>\pm 1</math> MHz.</p>	
--	---	--

	<p><b>8. Acessórios</b></p> <p>Aquecedor de gel acoplado ao equipamento.</p> <p>Impressora colorida.</p> <p>No break compatível com o equipamento.</p> <p><b>9. Serviços inclusos</b></p> <p>O fornecimento deverá contemplar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrega</li> <li>• Instalação</li> <li>• Teste de funcionamento</li> <li>• Certificado de conformidade INMETRO / IEC 60601-1 (segurança elétrica)</li> <li>• Treinamento operacional</li> <li>• Plano de manutenção preventiva e calibração recomendada pelo fabricante (quando aplicável)</li> </ul> <p><b>10. Garantia</b></p> <p>Garantia mínima <b>de 12 meses.</b></p>	
3	<p><b>APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA COM APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA</b></p> <p><b>1. Características gerais do equipamento</b></p> <p>Equipamento transportável sobre rodízios.</p> <p>Mínimo de <b>4.000.000 canais digitais de processamento</b> para oferecer alta qualidade de imagem.</p> <p>Console ergonômico com <b>ajuste de altura e teclas programáveis.</b></p>	11

	<p>Tecnologia de <b>feixes compostos</b> e tecnologia de <b>redução de ruído e artefatos</b>.</p> <p>Função de <b>Zoom Read/Write</b>.</p> <p>Pelo menos <b>50 presets programáveis pelo usuário</b>.</p> <p>Tecla que permite <b>ajustes rápidos da imagem</b>, otimizando ultrassom diagnóstico – gineco/obstetrícia e exames básicos.</p> <p>Tecla que permite <b>ajustes rápidos da imagem</b>, otimizando automaticamente os parâmetros para imagens em <b>modo B e modo Doppler</b>.</p> <p>Divisão de tela em <b>1, 2 e 4 imagens</b>.</p> <p>Permitir acesso às imagens salvas para <b>pós-análise e processamento</b>.</p> <p>Possibilitar <b>armazenar as imagens em movimento</b>.</p> <p>Pós processamento de <b>medidas</b>.</p> <p>Pósprocessamento de <b>texto</b>.</p> <p>Banco de palavras em <b>português</b>.</p> <p>Todos os <b>transdutores multifrequenciais, banda larga</b>.</p> <p>Passível de upgrade para:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• tecnologia de aquisição de imagens <b>4D</b></li><li>• <b>bateria com autonomia mínima de 60 minutos</b></li></ul>	
--	--	--



## **2. Softwares e pacotes de análise**

Software de **imagem panorâmica** com capacidade de realizar medidas.

Software para **composição espacial de imagem por interpolação de feixes**.

Software de **análise automática da curva Doppler**.

Software do **Strain cardíaco pela tecnologia Speckle Tracking**.

Software deve ser entregue **embarcado no equipamento ou através de estação de trabalho devidamente instalada e operante**.

**Eco de stress integrado ao equipamento**, com protocolos programáveis pelo usuário.

Pacote de **cálculos específicos**.

Pacote de **cálculos simples**.

## **3. Modos de imagem**

Imagem **Trapezoidal no Transdutor Linear**.

Imagem **Harmônica** com aplicação para todos os transdutores.

**Harmônica de Pulso Invertido**.

Imagem trapezoidal possibilitando **aumento de 20% do campo de visão em imagens com transdutor linear**.

**Modos disponíveis**



- Modo **2D**
- Modo **M**
- Modo **M Anatômico**
- Modo **Power Doppler**
- Modo **Color Doppler**
- **Modo Dual Live** (divisão de imagem em tela dupla: Modo B + Color Doppler, ambos em tempo real)
- **Power Doppler Direcional**
- **Modo Doppler Espectral**
- **Modo Doppler Contínuo**
- **Tissue Doppler Imaging (TDI)** colorido e espectral
- **Modo Triplex** (facilidade de ajustes rápidos no modo B e Modo Doppler)

#### **4. Monitor e interface**

Monitor: **Tela LCD ou LED de no mínimo 21 polegadas.**

**Tela TOUCH de no mínimo 13 polegadas.**

Ajuste de **altura, ângulo e giro.**

Capacidade de **arquivar e revisar imagens.**

Frame rate mínimo: **2000 frames por segundo.**

	<p>Faixa dinâmica mínima de <b>320 dB</b>.</p> <p><b>5. Armazenamento e conectividade</b></p> <p>HD ou SSD interno de <b>no mínimo 500 GB</b>.</p> <p><b>04 portas USB no mínimo.</b></p> <p>Mínimo de <b>04 portas ativas para transdutores</b>.</p> <p>Conectividade de rede <b>DICOM 3.0</b>, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Media Storage</li><li>• Verification</li><li>• Print</li><li>• Storage</li><li>• Storage Commitment</li><li>• Worklist</li><li>• Query / Retrieve</li><li>• MPPS (Modality Performance Procedure Step)</li><li>• Structured Reporting</li></ul> <p>Gravação de imagens em <b>pen drive</b>.</p> <p>DICOM com <b>visualizador e leitor automático</b>.</p> <p><b>6. Impressão e gravação</b></p>	
--	---	--

	<p>Gravação de imagens em <b>pen drive</b>.</p> <p>Impressão direta.</p> <p><b>Impressora dedicada.</b></p> <p><b>7. Transdutores</b></p> <p>O equipamento deverá acompanhar os seguintes transdutores:</p> <p><b>Transdutor Cardíaco Setorial Adulto</b> Frequências de <b>2,0 a 4,0 MHz</b>, com variação <math>\pm 1</math> MHz.</p> <p><b>Transdutor Cardíaco Setorial Pediátrico</b> Frequências de <b>4,0 a 6,0 MHz</b>, com variação <math>\pm 1</math> MHz.</p> <p><b>Transdutor Linear</b> Frequências de <b>4,0 a 11,0 MHz</b>, com variação <math>\pm 1</math> MHz.</p> <p><b>Transdutor Transesofágico Multiplanar</b> Frequências de <b>3,0 a 6,0 MHz</b>, com variação <math>\pm 1</math> MHz, com trabalho em <b>faixa de frequência harmônica</b>.</p> <p><b>8. Acessórios</b></p> <p>Aquecedor de gel <b>acoplado ao equipamento</b>.</p> <p>Acessórios inclusos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Impressora colorida</b></li><li>• <b>No break compatível com o equipamento</b></li><li>• <b>ECG de 3 vias</b></li></ul>	
--	---	--



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Suporte para transdutor transesofágico</b></li> </ul> <p><b>9. Serviços inclusos</b></p> <p>O fornecimento deverá contemplar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrega</li> <li>• Instalação</li> <li>• Teste de funcionamento</li> <li>• Certificado de conformidade <b>INMETRO / IEC 60601-1 (segurança elétrica)</b></li> <li>• Treinamento operacional</li> <li>• Plano de <b>manutenção preventiva e calibração recomendada pelo fabricante (quando aplicável)</b></li> </ul> <p><b>10. Garantia</b></p> <p>Garantia mínima de <b>12 meses</b>.</p>	
4	<p align="center"><b>FOCO CIRÚRGICO DE TETO</b></p> <p>Estrutura e Fixação:</p> <p>Foco cirúrgico de teto com duas cúpulas, com lâmpadas de LED e controle eletrônico de intensidade que atenda as especificações a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fixação ao teto com haste central única e braços articuláveis independentes para cada cúpula, com mobilidade tridimensional (rotação de 360°, flexão e torção);</li> </ul>	<b>53</b>

	<p>Braços com sistema de balanceamento por molas ou articulações com tecnologia de compensação dinâmica, permitindo posicionamento preciso, suave e sem necessidade de contrapesos;</p> <p>Sistema de freio ou travamento em todos os eixos de movimento, garantindo estabilidade da posição sem recuo ou oscilação;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Sistema de suspensão com estrutura leve e resistente, em material anti-oxidação, de fácil higienização.</li><li>• Cúpulas com estrutura simétrica e rotacional de 360°, com sistema de travamento suave e sem pontos cegos;</li><li>• Ancoragem em ponto único com estação de ancoragem que permita a rotação dos braços em torno do seu eixo;</li><li>• Braços com sistema de movimentação com auto balanceamento, permitindo ajustes de altura e profundidade com suavidade e precisão;</li><li>• Corpo da estação de ancoragem, braços e cúpulas em alumínio ou material de desempenho equivalente, desde que comprove resistência mecânica, dissipação térmica adequada, durabilidade e compatibilidade com processos de limpeza e desinfecção hospitalar, conforme normas aplicáveis, com acabamento liso e sem parafusos aparentes;</li></ul> <p>Iluminação:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Iluminação por LED de luz branca fria com correção de cor natural (não amarelada ou azulada);</li><li>• Intensidade luminosa igual ou maior do que 160.000 Lux por cúpula, medidos a 1 (um) metro de distância;</li><li>• Temperatura de cor ajustável entre aproximadamente 3.500 K e 5.000 K, com manutenção automática da intensidade luminosa (LCC);</li></ul>	
--	--	--



	<ul style="list-style-type: none"><li>• Índice de reprodução de cores (Ra e R9) mínimo de 96 por cúpula;</li><li>• Cada cúpula com ajuste independente da intensidade luminosa.</li><li>• Controle digital com no mínimo 8 graduações de intensidade e indicador visual.</li><li>• Sistema de redução ativa de sombras por geometria óptica avançada e múltiplos focos de luz redundantes;</li><li>• Diâmetro do campo luminoso ajustável, com foco mínimo de 200 mm, podendo chegar a até 300 mm;</li><li>• Profundidade de foco mínima de 1200 mm, assegurando iluminação estável mesmo com variação de altura da cavidade operatória;</li><li>• Uniformidade de iluminação superior a 65% em toda a área de foco;</li><li>• Sistema de compensação de falha de LED: falhas individuais não devem comprometer o desempenho do conjunto.</li><li>• Modo de iluminação indireta (modo endoscopia / MIS) com intensidade reduzida, adequado para cirurgias minimamente invasivas;</li></ul> <p><b>Ergonomia e operação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Controle eletrônico da intensidade luminosa instalado no braço da cúpula e na manopla central (ambos obrigatórios), com teclado tipo membrana, resistente a líquidos e desinfetantes hospitalares;</li><li>• Manopla central removível, autoclavável até 134°C, com ajuste de foco (zoom) manual e/ou por sensor eletrônico;</li><li>• Pelo menos uma das cúpulas deve permitir posicionamento com altura de foco a 1 metro do piso, com eixo perpendicular à mesa cirúrgica (para iluminação direta de cavidades);</li><li>• Cúpulas com design que permita limpeza rápida e sem reentrâncias, com proteção IP contra entrada de líquidos Ajuste de intensidade e</li></ul>	
--	---	--

	<p>campo luminoso também disponível via painel touchscreen localizado no eixo cardânico da cúpula;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Cada unidade deve acompanhar no mínimo 3 pares de manoplas autoclaváveis;</li></ul> <p><b>Segurança e durabilidade:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Sistema de iluminação com vida útil <math>\geq 40.000</math> horas, com LEDs de alta eficiência;</li><li>• Dissipação térmica eficiente, direcionada para fora do campo cirúrgico, sem aumento de temperatura perceptível na zona operatória;</li><li>• Sistema eletrônico protegido com fusível substituível, evitando danos elétricos por sobrecarga;</li><li>• Proteção contra falhas de alimentação com retorno automático ao último nível de iluminação ajustado; • Alimentação bivolt automático (100–240 V), frequência de 50/60 Hz.</li><li>• Compatível com ambientes hospitalares de alta interferência eletromagnética, conforme norma IEC 60601- 1-2;</li><li>• Grau de proteção IP44 ou superior para partes elétricas e eletrônicas, com comprovação por certificado INMETRO.</li><li><ul style="list-style-type: none"><li>• Adicionalmente, o equipamento deverá possuir grau de proteção contra penetração de líquidos e partículas (IP), conforme normas aplicáveis, devendo ser aplicável às partes externas expostas do equipamento, incluindo cúpulas, braços, carenagens e demais superfícies sujeitas à higienização, conforme certificação do fabricante</li></ul></li><li>• O consumo de energia por cúpula deverá ser igual ou inferior ao equivalente a 60W, podendo ser apresentado em VA (Volt-Ampère), desde que informado o fator de potência (FP) para fins de</li></ul>	
--	---	--

	<p>equivalência técnica, com comprovação em manuais técnicos, certificados ou relatórios de ensaio do equipamento.</p> <p><b>Exigências normativas:</b></p> <p>Registro na Anvisa. Atender a Norma Técnica DIN 1946 (Parte 4).</p> <p>Atender no mínimo as Normas Técnicas ABNT NBR IEC 60601-1, ABNT NBR IEC 60601- 1-2 e ABNT NBR IEC 60601-2-41.</p> <p>Com proteção IP44 em conformidade com IEC 144 contra a entrada de poeira e água.</p> <p>Certificado vigente no INMETRO</p> <p>Fornecimento de acessórios: 04 pares (conjunto) de manoplas esterilizáveis Garantia mínima de 12 meses, com assistência técnica gratuita, possuindo manutenção preventiva e corretiva, de acordo com a orientação do manual, incluindo suas peças</p> <p>Assistência técnica na cidade de São Paulo ou em raio de 200km da cidade. Entrega de certificado de calibração e teste de segurança elétrica (quando aplicável)</p>	
5	<p><b>FOCO CIRÚRGICO PORTÁTIL</b></p> <p>Uma cúpula</p> <p>Distribuição ao campo por meio de fonte luminosa de led com material de grau óptico resistente</p> <p>Isento de espelhos ou refletores</p> <p>Sistema de iluminação ambiente na cúpula para cirurgias minimamente invasivas</p> <p>Sistema de liga/desliga</p> <p>Ajuste de iluminação de no mínimo 50.000 a 160.000 lux</p> <p>Deve possuir modo endoscopia para uso com baixa luminosidade</p> <p>Tempo de vida dos led's de no mínimo 60.000 horas</p>	28

<p>Leds brancos</p> <p>Deve possuir compatibilidade com fluxo laminar</p> <p>Deve possuir sistema de controle de iluminação na cúpula, com a utilização de teclado tipo membrana de fácil higienização ou tecnologia superiores</p> <p>Movimentação do braço deve permitir movimentos suaves e com pouco esforço</p> <p>Possuir sistema eletrônico de controle no próprio braço</p> <p>Possuir giro livre da cúpula Índice de reprodução de cores (ra) de no mínimo 95</p> <p>Índice de reprodução de cores vermelhas (r9) de no mínimo 90</p> <p>Cúpulas: manopla esterilizável</p> <p>Cúpulas: indicador de bateria (se houver)</p> <p>Cúpulas: diâmetro de no mínimo 500 mm e não superior a 800 mm</p> <p>Cúpulas: iluminação de 160.000 lux a 1m de distância</p> <p>Cúpulas: irradiância máxima 620 w<sup>m</sup><sup>2</sup></p> <p>Cúpulas: diâmetro de campo focal de 200mm ou maior</p> <p>Cúpulas: profundidade mínima de iluminação de 105 cm</p> <p>Cúpulas: qualquer ranger dentro da faixa de temperatura de cor entre 3.000 k e 6.500 k</p> <p>Cúpulas: quantidade de leds: mínimo de 50 leds na cúpula</p> <p>Possuir minimamente ip42</p> <p>Alimentação: bivolt</p> <p>Frequência: 50 - 60 hz</p> <p><b>Exigências normativas:</b></p> <p>certificado vigente no INMETRO</p> <p><b>Fornecimento de acessórios:</b></p> <p>03 manoplas esterilizáveis</p>	
---	--

	<p>Certificado de registro vigente da ANVISA</p> <p>Garantia mínima de 12 meses, com Assistência técnica gratuita, possuindo manutenção preventiva e corretiva, de acordo com a orientação do manual, incluindo suas peças</p> <p>Assistência técnica na cidade de São Paulo ou em raio de 200km da cidade. Entrega de certificado de calibração e teste de segurança elétrica (quando aplicável)</p> <p>Entrega de laudo de instalação e operação (que comprove todas as características do equipamento)</p>	
--	---	--

#### **4. LOCAL DE ENTREGA**

##### **HMMMD - Hospital Municipal e Maternidade Mário Degni**

Rua Lucas de Leide, 257 – Rio Pequeno – São Paulo.

##### **HMFMPR - Hospital Municipal Prof. Dr. Fernando Mauro Pires da Rocha - (H.M. Campo Limpo)**

Estrada da Itapecerica, 1661 – Campo Limpo – São Paulo.

##### **HMIPG - Hospital Municipal Ignácio Proença de Gouveia**

Rua Juventus, 562 – Mooca – São Paulo.

##### **HMTS - Hospital Municipal Tide Setúbal**

Rua Dr. José Guilherme Eiras, 123 - São Miguel Paulista – São Paulo.

##### **HMJSH - Hospital Municipal Dr. José Soares Hungria**

Av. Menotti Laudisio, 100 – Pirituba - São Paulo.

**HMWP - Hospital Municipal Prof. Waldomiro de Paula**

R. Augusto Carlos Bauman, 1074 – Itaquera - São Paulo.

**HMACN - Hospital Municipal Profº Dr. Alípio Correa Neto**

Al. Rodrigo de Brunn, 1989 – Ermelino Matarazzo – São Paulo.

**HMARS - Hospital Municipal Dr. Arthur Ribeiro Saboya**

Rua Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro, 860- Jabaquara

**HMCC - Hospital Municipal Dr. Cármino Caricchio**

Av. Celso Garcia, 4815 – Tatuapé – SP

**J) HMBM – Hospital Municipal Dr. Benedicto Montenegro**

Rua: Antônio Lazaro, 226 - Jardim Iva - São Paulo -SP

**K) HMAZ - Hospital Municipal Alexandre Zaio**

Rua Alves Maldonado, 128 – Vila Nhocué

**L) H.G.V. N. Cachoeirinha- Hospital Municipal Vila Nova Cachoeirinha**

Av. Dep. Emílio Carlos, 3000

**M) Hospital Municipal Sorocabana**

R. Faustolo, 1633 - Lapa, São Paulo - SP, 05041-001

**Entrega: De Segunda a Sexta-Feira, em dias úteis, das 08:00 às 17:00h.**

**Agendar previamente com as unidades**



## **5. DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS**

### **5.1 Disposições Gerais**

Os equipamentos hospitalares adquiridos deverão atender perfeitamente aos padrões técnicos de segurança (funcionamento, montagem precisa, não causar riscos de dano a pessoas ou a objetos etc) e deverão ser novos, de primeiro uso, genuínos, de boa qualidade, obedecer as normas e padrões da ABNT, do INMETRO, do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e demais normas nacionais e internacionais aplicáveis e atender eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990), devendo ser observado principalmente a prescrição contida no seu artigo 39, VIII. Dessa forma, não serão aceitos, em hipótese alguma, materiais usados, recondicionados, utilizados ou expostos a desgastes, utilizados em mostruários ou em situações similares, falsificados, reutilizados, de mercado paralelo ou de origem duvidosa, reservando-se à Administração o direito de solicitar documentos que possam comprovar a autenticidade dos materiais a serem fornecidos.

### **5.2. Descrição Técnica**

- a) A descrição do equipamento consta no **ITEM 3 - Descrição técnica dos itens**;
- b) As empresas deverão mencionar na proposta comercial: marca, modelo, nº do registro do produto na ANVISA, descrição completa do produto ofertado e procedência;

## **6. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

### 6.1 Disposições Gerais

- a) A Administração poderá adquirir e empenhar qualquer quantidade, desde que não ultrapasse o limite previamente estabelecido. A DETENTORA deverá garantir, no mínimo, o fornecimento do quantitativo total de cada unidade especificada nas Ordens de Fornecimento, as quais serão emitidas a partir da retirada da Nota de Empenho, com **prazo de entrega de até 90 dias corridos para o item 1 e 60 dias úteis para os demais itens** a contar da emissão da respectiva Ordem de Fornecimento;
- b) O quantitativo total empenhado poderá ser dividido em múltiplas Ordens de Fornecimento, conforme necessário para atender às demandas de abastecimento da rede SMS, sendo vedada a exigência de faturamento mínimo, observando-se sempre a quantidade pré-estabelecida;
- c) Os endereços de entrega constantes em cada Ordem de Fornecimento poderão ser alterados entre as unidades da SMS, mediante solicitação da Gerência de Engenharia, em situações de necessidade, mediante comunicação prévia por documento impresso ou correio eletrônico
- d) Poderão ser incluídos endereços adicionais de entrega de outras unidades vinculadas à rede SMS, cuja gestão seja realizada por parceiros, conforme disposto nas Portarias nº 790/2017-SMS.G e nº 632/2019-SMS.G;
- e) O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do art. 13 da Lei Municipal nº 13.278/02.

### 6.2 Ordens de Fornecimento

- a) O contrato de fornecimento será formalmente caracterizado apenas após o recebimento, pela DETENTORA, das Ordens de Fornecimento emitidas pelo setor de Engenharia Clínica da SMS, as quais deverão ser precedidas da emissão da respectiva Nota de Empenho.
- b) As Ordens de Fornecimento deverão conter obrigatoriamente: número da Nota de Empenho, número do processo, data de expedição, quantidade solicitada, especificações de marca e apresentação, preços unitário e total, local e horário de entrega, prazo para entrega, e assinatura do requisitante.
- c) As Ordens de Fornecimento serão formalizadas por documento assinado pelo responsável da Engenharia Clínica da CONTRATANTE e pelo representante da DETENTORA.
- d) A DETENTORA será convocada para retirada das Ordens de Fornecimento por telefone ou correio eletrônico, dispondo de prazo máximo de 3 (três) dias úteis para comparecimento ou devolução da Ordem de Fornecimento assinada.
- e) Na impossibilidade de comparecimento de representante, as Ordens de Fornecimento poderão, excepcionalmente, ser encaminhadas por correio eletrônico, sendo considerada, nesses casos, a data de envio como início da contagem do prazo para entrega do produto.
- f) O prazo de entrega, instalação, realização de testes de funcionamento e treinamento operacional (quando aplicável) será de **até 90 (noventa) dias corridos para o item 1 e 60 (sessenta) dias úteis para os demais itens.**  
O prazo poderá ser programado ou postergado a critério da Gerência de Engenharia Clínica em caso de necessidade, respeitando os prazos mínimos estabelecidos acima. As orientações quanto aos prazos constarão nas próprias

Ordens de Fornecimento ou serão comunicadas pela Gerência de Engenharia através de documento impresso ou correio eletrônico.

- g) A DETENTORA estará obrigada a atender todas as Ordens de Fornecimento emitidas durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, mesmo que a entrega esteja prevista para data posterior ao término do prazo de vigência da Ata.
- h) Qualquer intercorrência que impossibilite o fornecimento dos produtos nos quesitos marca, modelo ou fabricante deverá ser comunicada imediatamente à Gerência de Engenharia Clínica da SMS, apresentando posicionamento quanto à regularização iminente ou, conforme a urgência, proposta de solução pontual, sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações da DETENTORA.

## **7. DA ENTREGA**

### **7.1 Disposições Gerais**

- a) Todos os itens deverão ser novos e entregues em perfeitas condições de uso e funcionamento, conforme as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;
- b) Serão recusados os itens que não atendam integralmente às especificações deste Termo de Referência e/ou que não estejam em condições adequadas para uso;

- c) Os equipamentos e móveis recusados pelos servidores da Secretaria Municipal de Saúde deverão ser substituídos automaticamente no prazo máximo de 07 (sete) dias, contados da data da notificação, sem qualquer ônus para a Secretaria Municipal de São Paulo;
- d) Todas as despesas relacionadas à entrega dos equipamentos serão de responsabilidade da Contratada. Em caso de atraso na entrega sem justificativa aceita por escrito pela Administração, a Contratada estará sujeita às penalidades previstas na legislação vigente;
- e) A Contratada deverá arcar com todos os custos de transporte e responder pela entrega dos produtos em perfeito estado, incluindo situações de entrega incorreta de aparelhos, divergência de modelo ou especificações, ou entrega em unidade de saúde diferente daquela prevista, mesmo que os itens tenham sido aceitos pela unidade receptora;
- f) Os equipamentos e móveis hospitalares deverão ser acompanhados do Certificado de Garantia do Fornecedor, de manuais em português e de todos os acessórios necessários para seu pleno funcionamento.

## **7.2 Prazo de entrega**

- a) A entrega dos itens deverá ser realizada no prazo máximo de:
- 90 (noventa) dias corridos (item 1)
  - 60 (sessenta) dias úteis (demais itens)
- b) No ato da entrega, os produtos deverão estar em perfeito estado e acompanhados da respectiva Nota Fiscal. Na hipótese de impossibilidade de cumprimento do prazo ou das condições de entrega, a DETENTORA deverá comunicar e justificar formalmente o ocorrido à Gerência de Engenharia da SMS;

- c) A entrega deverá seguir todas as orientações da instituição, incluindo agendamento prévio com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis;
- d) Todas as despesas relativas à entrega dos produtos serão de responsabilidade da DETENTORA, que também responderá pela entrega correta, incluindo modelo, especificações e unidade de saúde correta, mesmo que os itens tenham sido previamente aceitos pela unidade receptora.

### **7.3 Embalagem**

- a) Os equipamentos deverão ser entregues devidamente embalados, conforme as recomendações do fabricante, de modo a preservar sua integridade durante o transporte e, quando necessário, durante o armazenamento;
- b) Os equipamentos não serão recebidos caso as embalagens apresentem sinais de violação, umidade ou inadequação em relação ao conteúdo, ou se não estiverem devidamente identificadas, devendo atender às normas estabelecidas pela legislação vigente;
- c) O transporte dos equipamentos deverá seguir critérios adequados para garantir que a identidade, qualidade e integridade dos móveis e equipamentos não sejam comprometidas;
- d) As embalagens dos equipamentos deverão estar em conformidade com as disposições previstas na legislação aplicável.

### **7.4 Identificação**

- a) Os itens a serem entregues, quando aplicável, deverão possuir registro no Ministério da Saúde por intermédio de seu órgão regulador (ANVISA), identificado por numeração apostada na embalagem ou no próprio equipamento, excetuando-se os casos dispensados ou isentos conforme a legislação vigente;
- b) Os demais equipamentos, quando aplicável, deverão ser certificados pelo INMETRO e atender às normas técnicas da ABNT pertinentes a cada item. A

comprovação dessas conformidades será feita por selo de identificação do INMETRO em cada embalagem dos materiais entregues;

c) Todos os equipamentos deverão apresentar etiqueta fixada contendo, obrigatoriamente: identificação do fabricante, data de fabricação, número de série e campo destinado ao preenchimento da data de entrega.

## **8. DA GARANTIA**

a) O prazo de garantia total dos itens será de:

- **24 (vinte e quatro) meses (item 1)**
- **12 (doze) meses (demais itens)**

b) A qualidade dos itens deverá atender aos requisitos das normas da ABNT;

c) A CONTRATADA deverá garantir a reposição gratuita de qualquer item considerado defeituoso, decorrente de falhas de projeto, matéria-prima, fabricação ou transporte;

d) As peças deverão ser substituídas sempre que necessário ou conforme as recomendações do manual do fabricante;

e) Todas as peças/acessórios substituídas deverão ser registradas no relatório de serviço correspondente a cada equipamento, com a nomenclatura correta da peça e a quantidade aplicada;

f) Os serviços prestados e as peças/acessórios substituídos terão garantia mínima de 90 (noventa) dias, a contar da emissão do relatório de serviços que atesta a conclusão dos trabalhos, mesmo que a Ata de Registro de Preço tenha sido encerrada;

g) A garantia deverá ser prestada no local de instalação do equipamento. Quando houver necessidade de envio para assistência técnica do fabricante ou empresa, os

custos de transporte para retirada e devolução serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE;

h) As peças/acessórios defeituosos substituídos deverão ser entregues ao fiscal do contrato, que poderá solicitar o recolhimento pela CONTRATADA para descarte, acompanhado da documentação comprobatória;

i) Eventuais intervenções no período de garantia deverão ocorrer em até 48 (quarenta e oito) horas úteis após o chamado da unidade, por qualquer meio disponível.

j) Quando houver necessidade de importação de alguma peça ou componente necessário para manutenção do equipamento, desde que devidamente comprovado e justificado, o prazo para devolução do equipamento consertado será de até 15 (quinze) dias úteis, sendo esse prazo e, os demais dias de atraso, se houver, acrescidos ao período de garantia.

k) O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

l) Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

m) Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.



- n) A empresa deverá oferecer assistência técnica permanente e gratuita durante o período de garantia, abrangendo atendimento e resolução de problemas ou defeitos, seja diretamente ou por intermédio de representantes autorizados ou credenciados do fabricante;
- o) Caso seja necessária a retirada dos aparelhos para manutenção fora do local de instalação, a CONTRATADA será responsável pelo transporte de ida e volta, bem como por todas as despesas decorrentes do serviço de assistência técnica, incluindo troca de peças, transporte, impostos e mão de obra especializada;
- p) A CONTRATADA realizará a manutenção corretiva dos aparelhos sem limite de atendimentos durante o período de garantia.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- a) Entregar materiais em perfeitas condições, dentro do prazo e locais indicados, acompanhados de Nota Fiscal detalhada.
- b) Fornecer estritamente os itens discriminados na Ordem de Fornecimento, contrato e nota de empenho.
- c) Comunicar à Administração qualquer impossibilidade de entrega em até 48 horas, com justificativa comprovada.
- d) Custear tributos, fretes, seguros, mão de obra e demais encargos relacionados à execução do contrato.
- e) Treinar unidades receptoras quanto à utilização dos equipamentos.
- f) Garantir atendimento, assistência técnica e reposição de peças durante e após o período de garantia.
- g) Responder civil e penalmente por danos causados à Administração ou terceiros.
- h) Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, padrões de qualidade e especificações técnicas durante a vigência da Ata.

- i) Não subcontratar ou transferir o objeto da Ata sem autorização.
- j) Cumprir integralmente todas as obrigações constantes neste Termo de Referência.

#### **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- a) Fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações da DETENTORA, designando servidor responsável, conforme Lei nº 8.666/93.
- b) Receber provisoriamente os materiais, disponibilizando local, data e horário.
- c) Recusar produtos que apresentem irregularidades ou divergências técnicas, comunicando a DETENTORA.
- d) Proporcionar facilidades à DETENTORA para execução do contrato.
- e) Manifestar-se formalmente sobre sanções, alterações ou repactuações do contrato.
- f) Aplicar sanções administrativas quando necessário e efetuar pagamento conforme cláusula 13.

#### **11. PROPOSTA COMERCIAL**

- a) Produtos devem atender à legislação vigente, incluindo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).
- b) Proposta deve detalhar marca, modelo, fabricante, descrição completa, registro ANVISA (quando aplicável), procedência, preços unitários e globais, prazo de validade de 90 dias e declaração de entrega nos endereços indicados.
- c) Não serão aceitas propostas de produtos usados, recondicionados ou recuperados.
- d) Preço ofertado deve incluir todas as despesas necessárias, não sendo aceitas cobranças adicionais posteriores, salvo criação de tributos após a data de abertura da licitação.

#### **12. HABILITAÇÃO TÉCNICA**

- a) **Comprovação da regularidade do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**, através de cópia do registro ou da isenção, ou de notificação ou cadastramento, **ou ainda, se for o caso, comprovação de que o produto não está sob controle sanitário**;
- b) **Catálogo Técnico Original** com foto contendo a marca, modelo, especificação completa do produto ofertado, registro na Anvisa, sendo que estes deverão estar claramente assinalado ou grifada as informações técnicas relevantes, de modo a possibilitar a rápida identificação pela Comissão Técnica responsável pela análise, este deverá estar em língua portuguesa do Brasil;
- c) **Manual do equipamento** em língua portuguesa do Brasil;
- d) Apresentar **Alvará ou Licença de Localização e Funcionamento**, em vigor, emitido pela autoridade competente do município onde a empresa estiver situada, comprovando a regularidade da sua atividade no endereço informado.
- e) **Certidão de Regularidade Técnica emitida pela Vigilância Sanitária estadual ou municipal** do local onde a empresa está sediada, válida na data da licitação, comprovando que a empresa está apta a atuar no ramo de comercialização de equipamentos médicos.
- f) Apresentar **Certificado de Autorização de Funcionamento (AFE)** emitido pela ANVISA, válido na data da licitação, comprovando que a empresa está regularmente autorizada a exercer atividades relacionadas à comercialização, distribuição e/ou manutenção de equipamentos médicos hospitalares em âmbito nacional.
- g) Declaração do licitante indicando a empresa autorizada que prestará serviços de assistência técnica em São Paulo, durante e posterior a garantia;
- h) Os proponentes devem apresentar como documento integrante da habilitação pelo menos 01 (uma) cópia de **Atestado de Capacidade Técnica** emitido por empresa pública ou privada comprovando o fornecimento dos materiais em quantidade mínima de 30% do objeto do descritivo, de acordo com cada item.

Este documento deverá conter o timbre da instituição emitente, assinado por seu respectivo representante legal, com nome legível, cargo e/ou função da pessoa competente por atestar o fornecimento; comprovando a prestação dos serviços compatíveis com o objeto.

- i) Para o item 1, Raio X móvel, **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** ou **Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)**, assinada por engenheiro responsável (engenheiro elétrico, engenheiro clínico), vinculada ao CREA relativa ao fornecimento e instalação do equipamento.

### **12.3. Disposições gerais sobre os documentos**

- a) Todos os documentos apresentados deverão ser claros e legíveis;
- b) Documentos apresentados na forma de impressões do site da ANVISA ou cópia do Diário Oficial estão sujeitos a conferência pela equipe técnica da SMS;
- c) Documentos apresentados em cópia deverão ser autenticados ou estar acompanhados de original para conferência;
- d) Os documentos apresentados em língua estrangeira, emitidos por entidades públicas ou privadas de seus países de origem, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados brasileiros e traduzidos por tradutor juramentado;

## **13. DO PAGAMENTO**

- a) Efetuado após entrega dos produtos em perfeito estado, acompanhados de Nota Fiscal.
- b) Unidade de saúde deve enviar Nota Fiscal e Ateste de Recebimento à SMS em até 5 (cinco) dias úteis após entrega.

c) Pagamento em parcela única, até 30 dias após recebimento da documentação no Setor de Engenharia da SMS.

## 14. QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Descrição do equipamento	Unidades Hospitalares													Total	Margem 30%
	HMACN	HMARS	HMBM	HMCC	HMFMPR	HMIPG	HMMMMD	HMTS	HMWP	HMAZ	HMJSH	CACHOEIRINHA	SOROCABANA		
Aparelho de raio X móvel	3	2	1	2	2	1	0	3	2	2	1	0	4	23	30
Ultrassom sem aplicação transesofágica	3	4	1	1	5	1	0	1	0	0	1	1	3	21	27
Ultrassom com aplicação transesofágica	1	0	1	2	2	0	0	1	0	0	1	0	1	9	11
Foco cirúrgico de teto	2	6	0	4	0	6	0	3	0	0	0	12	8	41	53
Foco cirúrgico portátil (de solo)	6	2	2	2	0	0	0	0	0	1	2	5	2	22	28



## **16. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

- a) O menor valor unitário que atenda a todas as exigências deste objeto.

## **17. DAS PENALIDADES**

Nos termos do **Título IV da Lei Federal nº 14.133/2021** e da **Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/2021**, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela DETENTORA ensejará a aplicação das penalidades previstas neste Edital, assegurados o **contraditório e a ampla defesa**, em processo administrativo próprio.

### **17.1. Hipóteses de não aplicação das penalidades**

As penalidades previstas nesta cláusula somente deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses, devidamente justificadas e comprovadas nos autos:

- a) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, impeditiva do cumprimento da obrigação;
- b) Manifestação da unidade requisitante atestando que o fato decorre exclusivamente de responsabilidade da Administração.

### **17.2. Penalidades aplicáveis**

#### **17.2.1. Por recusa injustificada da adjudicatária em retirar ou receber a nota de empenho, dentro do prazo fixado:**

- a) Multa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor do contrato, caso este viesse a ser firmado;
- b) **Impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública, pelo prazo de até **03 (três) anos**, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;



c) As mesmas penalidades serão aplicáveis à empresa que, devidamente convocada, **deixar de apresentar os documentos exigidos** para a formalização do ajuste, sem justificativa aceita pela Administração.

#### **17.2.2 Por inexecução ou cumprimento inadequado do objeto contratual:**

- a) **Multa de 20%** sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total do objeto;
- b) **Multa de 20%** sobre o valor da parcela inexecutada, nos casos de inexecução parcial;
- c) **Multa diária de 1%** sobre o valor do material não entregue, limitada a **19 (dezenove) dias**; ultrapassado esse prazo, será caracterizada a inexecução parcial ou total, conforme o caso;
- d) **Multa de 5%** sobre o valor do material entregue em desconformidade com as especificações do Edital ou do contrato, sem prejuízo da exigência de substituição;
- e) **Multa de 2%** sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento de qualquer obrigação contratual não prevista nos itens anteriores;
- f) **Multa de 20%** sobre o valor do contrato, nos casos de rescisão contratual por culpa da contratada.

#### **17.3. Natureza das penalidades**

As penalidades previstas são **independentes entre si**, podendo ser aplicadas **cumulativamente**, de acordo com a gravidade da infração e os prejuízos causados à Administração.

#### **17.4. Outras sanções administrativas**

Além das multas acima, poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

1. **Advertência**;
2. **Multa**, conforme os percentuais e condições estabelecidos nesta cláusula;
3. **Impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública por até 3 (três) anos;

4. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da sanção ou até a reabilitação perante a autoridade competente.

A aplicação das penalidades de **impedimento de licitar e contratar** e de **declaração de inidoneidade** será conduzida por **comissão processante**, conforme disposto no art. 158, caput e § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

#### **17.5. Recursos**

Das decisões que aplicarem penalidades caberá recurso administrativo nos termos dos arts. 166 e 167 da Lei nº 14.133/2021, observados os prazos legais.

Somente serão conhecidos os recursos devidamente **protocolizados** dentro do prazo legal.

#### **17.6. Consequências do não pagamento das penalidades**

As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados da intimação da contratada. Sempre que possível, os valores devidos poderão ser descontados dos pagamentos devidos à contratada.

O **inadimplemento das multas** sujeitará a contratada à inscrição do débito no **CADIN Municipal** e no **Sistema Municipal da Dívida Ativa**, além da possibilidade de **ajuizamento da competente ação de execução fiscal**.

#### **17.7. Tolerância excepcional**

Caso a Administração, de forma expressamente motivada, releve a aplicação de penalidades, essa tolerância será considerada ato excepcional e não alterará as demais condições contratuais, que permanecerão plenamente válidas e exigíveis.

### **18. SUSTENTABILIDADE**

Nos termos do disposto no **art. 11, inciso IV, e art. 25, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021**, esta contratação observará critérios de **sustentabilidade ambiental, social e econômica**, visando à promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

#### **18.1. Princípios da sustentabilidade**

A presente licitação e a execução contratual observarão, sempre que possível e compatível com o objeto, os seguintes princípios:

- a) **Uso racional e eficiente dos recursos naturais**, priorizando bens, serviços e obras com menor impacto ambiental ao longo de seu ciclo de vida;
- b) **Redução da geração de resíduos**, com incentivo à reutilização, reciclagem e descarte ambientalmente adequado;
- c) **Eficiência energética**, incluindo preferência por equipamentos e materiais com certificações reconhecidas de desempenho ambiental;
- d) **Condições de trabalho dignas**, combate ao trabalho infantil, escravo ou degradante e incentivo à inclusão produtiva de populações vulneráveis;
- e) **Responsabilidade social e inclusão**, priorizando, quando aplicável, empresas que promovam a equidade de gênero, diversidade, acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.

#### **18.2. Exigências para a contratada**

A empresa vencedora deverá, durante a execução do contrato:

- a) Adotar práticas que **minimizem impactos ambientais**, apresentando, quando solicitado, comprovações de descarte correto, logística reversa, ou certificações ambientais (como ISO 14001, Selo Verde, entre outros);
- b) Assegurar **condições seguras e dignas de trabalho** aos seus empregados, com observância às normas trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança no trabalho;
- c) **Fornecer relatórios técnicos, quando exigido no edital ou contrato**, que comprovem o cumprimento de exigências sustentáveis do objeto contratado;
- d) Priorizar, sempre que possível, o uso de **materiais recicláveis, biodegradáveis ou de baixo impacto ambiental** na execução contratual.

**ANEXO – II - MODELO- PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL**

(dados mínimos de uso obrigatório por todas as licitantes)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90280/2026/SMS**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6018.2025/0099152-2**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES (APARELHO DE RAIOS-X MÓVEL, APARELHO DE ULTRASSOM SEM APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA, APARELHO DE ULTRASSOM COM APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA, FOCO CIRÚRGICO DE TETO E FOCO CIRÚRGICO DE SOLO MÓVEL) DESTINADOS AOS HOSPITAIS MUNICIPAIS DE SAÚDE VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO.**

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., RG....., CPF....., (endereço), propõe fornecer à Secretaria Municipal da Saúde, em estrito cumprimento ao previsto no Edital da licitação em epígrafe por meio de Ata de Registro de Preços, o(s) produto(s) conforme abaixo discriminado:

ITEM Nº	
DESCRIÇÃO:	
MARCA:	
FABRICANTE: <i>(ou detentor do registro do produto)</i>	
EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: <i>(tipo de embalagem primária e secundária da apresentação do produto)</i>	
REGISTRO NO M.S:	
PROCÊDENCIA: <i>(país de origem do produto)</i>	
PREÇO UNITÁRIO:	
PREÇO TOTAL ESTIMADO:	

Informamos que nesta proposta estão computados todos os custos (diretos e indiretos) inerentes aos fornecimentos dos equipamentos, acessórios, consumíveis e execução de todos os serviços exigidos, não cabendo posteriormente ao certame onerar essa administração com custos para o cumprimento dessas obrigações.

A validade desta proposta é de 90 (Noventa) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de pregão.

Declara, ainda, especificamente, que por ocasião da assinatura do Termo de Contrato, disporá dos elementos necessários para cumprimento do contrato. O serviço obedecerá às exigências preestabelecidas no Edital de Licitação.

Declara, outrossim, que por ser de seu conhecimento, se submete a todas as cláusulas e condições do Edital relativas a licitação supra, bem como, às disposições da Lei Municipal n.º 62.100/2022, Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais normas complementares.

O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no BANCO DO BRASIL S/A, em nome do credor, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197 publicado no D.O.C. do dia 23 de Janeiro de 2010, após o cumprimento mensal de todas as condições estabelecidas em Contrato.

#### **DAS CONDIÇÕES GERAIS**

01. **PRAZO ENTREGA:** Prazo de entrega de até 90 dias corridos para o item 1 e 60 dias úteis para os demais itens a contar da emissão da respectiva Ordem de Fornecimento;
02. **VALIDADE DA PROPOSTA:** 90 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de **PREGÃO**.
03. **DADOS BANCÁRIOS:** (Nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente da empresa, para efeito de pagamento)

#### **DAS DECLARAÇÕES:**

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos à licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e, e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

03. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de fornecer a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá o material de acordo com as especificações técnicas (**Anexo I** do Edital), respeitando as condições de embalagens, prazos de validade, requisitos específicos, enfim todas as especificações.

**São Paulo,                    de**

**de 2026**

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo:

**ANEXO III**

**MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES**

**(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

A \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_,  
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a)  
da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_  
DECLARA:

- 1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz
- 2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 4) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);
- 5) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- 6) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- 7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.
- 8) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.

(local do estabelecimento), de \_\_\_\_\_ de 20...

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA  
COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 6018.2025/0099152-2**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90280/2026/SMS.G**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES (APARELHO DE RAIO-X MÓVEL, APARELHO DE ULTRASSOM SEM APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA, APARELHO DE ULTRASSOM COM APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA, FOCO CIRÚRGICO DE TETO E FOCO CIRÚRGICO DE SOLO MÓVEL) DESTINADOS AOS HOSPITAIS MUNICIPAIS DE SAÚDE VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO, conforme especificações constantes do **Anexo I** do Edital.**

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

(local do estabelecimento), de de 20...

\_\_\_\_\_  
(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)



**ANEXO V**  
**PARÂMETROS PARA ANÁLISE DE BALANÇO**

**(APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA)**  
**ANÁLISE ECONÔMICO - FINANCEIRA**

A situação financeira das licitantes será aferida por meio dos índices de: Liquidez Corrente - LC, Solvência Geral – SG e Liquidez Geral - LG.

$$\text{ÍNDICE LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$\text{ÍNDICE SOLVÊNCIA GERAL} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE (+) PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$\text{ÍNDICE LIQUIDEZ GERAL} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE (+) REALIZAVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE (+) PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

Serão consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

liquidez corrente - índice maior ou igual a 1,00  
Solvência geral - índice maior ou igual a 1,00  
liquidez geral - índice maior ou igual a 1,00

**ANEXO – VI - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº ..../2026-SMS.G**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 6018.2025/0099152-2**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90280/2026/SMS.G**

Aos ..... dias do mês de ..... do ano dois mil e vinte....., no Gabinete da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, situado na Dr. Siqueira de Campos, 176 – Liberdade - São Paulo, de um lado, a **PREFEITURA DE SÃO PAULO**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**, neste ato representada pela Diretora da Divisão de Suprimentos, senhora **IZIS ZUMYARA MIRVANA D AMICO**, por força da delegação conferida pela Portaria nº 890/13-SMS.G, de 30 de maio de 2013, doravante designada, simplesmente, **SMS**, e, de outro, a empresa ....., CNPJ nº ..... com sede na ..... nº ....., bairro ....., cidade ....., telefone ....., vencedora e adjudicatária do **PREGÃO ELETRÔNICO** suprarreferido, neste ato representada pelo seu procurador, senhor. ...., RG ....., CPF....., estado civil....., profissão, nacionalidade, domiciliado à Rua ....., doravante denominada, simplesmente, **DETENTORA**, face o despacho proferido no **processo nº 6018.2025/0099152-2**, publicado no DOC/SP de XX/XX/2024, página XX, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando registrar o(s) preço(s) do(s) material(s) discriminado(s) na cláusula primeira, em conformidade com os termos do Edital do Pregão e seus Anexos e a proposta da DETENTORA, que integram o presente instrumento para todos os efeitos legais, bem como as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto desta Ata o **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES (APARELHO DE RAIO-X MÓVEL, APARELHO DE ULTRASSOM SEM APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA, APARELHO DE ULTRASSOM COM APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA, FOCO CIRÚRGICO DE TETO E FOCO CIRÚRGICO DE SOLO MÓVEL) DESTINADOS AOS HOSPITAIS MUNICIPAIS DE SAÚDE VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO**, descritos e especificados no **Anexo I** do Edital do **Pregão nº 90280/2026/SMS**, cujos termos são parte integrantes deste instrumento, nas condições a seguir ajustadas:

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

2.1 O(s) preço(s) registrado(s) nesta Ata refere(m)-se ao(s) seguinte(s) item(ns):

**Item**

**PREÇO UNITÁRIO: R\$**

**MARCA:**

**FABRICANTE:**

**EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO:**

**REGISTRO NO M.S:**

**PROCEDENCIA:**

**Código Supri:**

- 2.2 O preço a ser pago pelo fornecimento realizado será aquele registrado neste instrumento, independentemente da data da entrega do objeto.
- 2.3 O preço registrado compreenderá todos os custos necessários à execução do objeto desta Ata de Registro de Preço, incluso frete até os locais de entrega.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

- 3.1. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data base fixada na Ata de Registro de Preços.
- 3.2. Os preços registrados poderão ser adequados pela Comissão de Revisão de Preços e Pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro nos termos da Portaria 083/2023/SMS.G, em função da dinâmica do mercado, com elevação ou redução de seu respectivo valor.

### **CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO**

- 4.1. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de um ano, prorrogável por até igual período, nos termos do art. 99 do Decreto Municipal nº 62.100/22, mediante o cumprimento satisfatório das obrigações da Detentora, bem como aferição de vantagem técnica/econômica mediante pesquisa mercadológica.
- 4.1.1. O atendimento do item 4.1, nas hipóteses em que os contratos decorrentes da utilização de Ata de RP onerarem dotação orçamentária referente à transferência de recursos de outro ente federativo, fica condicionada à observação da legislação do respectivo órgão.

### **CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO PRAZO DE ENTREGA**

- 5.1. O consumo médio estimado dos materiais, cujos preços são registrados nesta Ata, está distribuído, pela ordem, entre as seguintes unidades requisitantes:
- 5.2 Os materiais deverão ser entregues pela DETENTORA no(s) seguinte(s) endereço(s):

A entrega dos equipamentos deverá ser feita nos locais indicados pela EMAD ou pela Ação Judicial, sendo que a entrega/instalação e Treinamento deverá ocorrer dentro do prazo estabelecido por estes, podendo ser IMEDIATO se

assim determinado em Ação Judicial, não podendo ser superior a 7 dias corridos após a emissão da Ordem de Início de Serviço se assim for necessário;

- 5.3 A presente Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações de que dela poderão avir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, devidamente justificada, sendo assegurada à DETENTORA a preferência em igualdade de condições.
- 5.3.1 As unidades requisitantes deverão certificar-se da conveniência de utilizarem a presente ata de registro de preço, realizando prévia pesquisa dos preços correntes no mercado para fornecimento do produto, nas mesmas condições previstas neste instrumento.
- 5.4 O contrato de fornecimento, apenas estará caracterizado após o recebimento pela DETENTORA das ordens de fornecimento, emitidas pelas unidades requisitantes, as quais deverão ter sido precedidas da emissão da competente nota de empenho após a publicação do despacho autorizatório no D.O.C.
- 5.4.1 Quando cabível a lavratura de termo de contrato, a DETENTORA deverá passar recibo na cópia, enviada via e-mail, que necessariamente lhe acompanhará, devolvendo-a também através de e-mail, no prazo de 03 (três) dias úteis, à unidade requisitante para que seja juntada aos autos.
- 5.5 A entrega da nota de empenho e a assinatura do termo contratual (quando este for exigível) ficarão condicionadas à apresentação, pela DETENTORA, dos seguintes documentos, devidamente atualizados:
- 5.5.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- 5.5.2 Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- 5.5.3 Comprovação da inexistência de registro em nome da empresa junto ao CADIN – Cadastro Informativo Municipal.
- 5.6 Caso necessário, a DETENTORA deve atualizar suas informações no cadastro de credores do município em tempo hábil para emissão da Nota de Empenho.
- 5.7 A requisição de compra e a ARP poderão ser canceladas e o fornecedor penalizado, em caso de demora na atualização da documentação ou na regularização de qualquer situação impeditiva à realização da compra.
- 5.8 A partir da notificação formal, por meio eletrônico, informando a possibilidade de cancelamento da requisição de compra e da ARP, a DETENTORA terá dois dias úteis para regularização da documentação;

- 5.9 A DETENTORA estará obrigada a atender a todas as ordens de fornecimento, expedidas durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, mesmo que a respectiva entrega esteja prevista para data posterior a de seu termo final;
- 5.10 As ordens de fornecimento, juntamente com as notas de empenho, serão enviadas via e-mail, contendo data de expedição, quantidade pretendida, preço unitário e total, local e prazo para entrega, carimbo e assinatura do responsável pela unidade requisitante;
- 5.10.1 Ao receber a ordem de fornecimento e a nota de empenho, via e-mail, a DETENTORA deverá delas passar recibo nas cópias que necessariamente lhe acompanharão, devolvendo-as também através de e-mail, NA MESMA DATA DO RECEBIMENTO, à unidade requisitante para que seja juntada aos autos dos processos de requisição e de liquidação e pagamento.
- 5.11 A DETENTORA é responsável por garantir as condições necessárias para recebimento por meio eletrônico das Ordens de Fornecimento, Notas de Empenho e documentos equivalentes, atualizando seu endereço eletrônico sempre que necessário;
- 5.12 O prazo máximo para entrega do produto será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do dia útil seguinte ao envio da Ordem de Fornecimento por meio eletrônico à DETENTORA;
- 5.12.1 O descumprimento do prazo estipulado no item 5.12 dará ensejo à aplicação das multas contratualmente previstas;
- 5.13 A entrega do objeto na unidade requisitante deverá ser acompanhada de nota fiscal ou nota fiscal fatura, bem como da cópia reprográfica da ordem de fornecimento e da nota de empenho;
- 5.14 As notas fiscais deverão conter os números dos lotes correspondentes a cada entrega, bem como a marca e o nome do fabricante do produto.
- 5.15 As unidades requisitantes não poderão receber produto diferente daquele objeto do registro de preço, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato.
- 5.16 Constatadas irregularidades no objeto entregue, a unidade requisitante poderá:
- 5.16.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 5.16.1.1 Na hipótese de substituição, a DETENTORA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito;
- 5.16.2 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

- 5.16.2.1 Na hipótese de complementação, a DETENTORA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 5.17 O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega da fatura ou de documento equivalente, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante termo de recebimento definitivo ou recibo, firmado pelo servidor responsável.
- 5.18 O recebimento do material pelo órgão requisitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do produto verificadas posteriormente, garantindo-se ao órgão requisitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.
- 5.19 As embalagens deverão ser acondicionadas conforme praxe do fabricante, trazendo impressa a indicação quantitativa, qualitativa, número de lote, data de fabricação e prazo de validade.
- 5.20 Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega somente serão analisados pela Administração caso sejam requeridos até a data final prevista para a entrega e desde que estejam instruídos com as devidas justificativas e comprovação.
- 5.20.1 Os pedidos instruídos em condições diversas das previstas anteriormente serão indeferidos de pronto.
- 5.21 A licitante vencedora deverá entregar no máximo até 3 (três) lotes de cada material, conforme ordem de fornecimento, junto ao Almoxarifado Central - CDMEC.
- 5.21.1 A licitante deverá solicitar autorização junto a SMS-3/Diretoria de Suprimentos, para entrega(s) com quantitativo(s) superior(es) ao citado no item 5.21.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

- 6.1 O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data final do adimplemento de cada fornecimento.
- 6.2 Em havendo atraso no pagamento, por culpa exclusiva da SMS, os valores devidos serão acrescidos da respectiva compensação financeira, mediante requerimento expresso da DETENTORA, nos termos da Portaria SF nº 05 de 05 de janeiro de 2012.
- 6.2.1 Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o subitem 6.2, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”),

observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

6.3 Para processar-se o pagamento, a DETENTORA deverá submeter à unidade requisitante a competente nota fiscal, acompanhada, cópia reprográfica da nota de empenho e da respectiva ordem de fornecimento.

6.3.1 Nas hipóteses em que a DETENTORA deva proceder a ajustes da documentação necessária ao pagamento, o prazo será interrompido e reiniciará a partir da data em que se der a regularização.

6.4 O pagamento será retido se houver pendências no CADIN.

6.5 Estando em termos a documentação apresentada, o pagamento devido será depositado na conta corrente que a DETENTORA deverá manter no BANCO DO BRASIL, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197, de 22 de janeiro de 2010.

6.5.1 Em sendo a unidade requisitante entidade autárquica, a forma de pagamento será a eleita pela administração indireta.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OUTRAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA**

7.1 A DETENTORA responsabilizar-se-á por todos os prejuízos que porventura ocasione a SMS ou a terceiros, em razão da execução dos fornecimentos decorrentes da presente Ata.

7.2 Por ocasião da entrega na unidade requisitante os produtos devem apresentar validade equivalente a pelo menos **2/3 (dois terços)** do prazo de validade total. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das Atas de Registro de Preços – Divisão de Suprimentos / SMS-3, a Secretaria poderá, excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos materiais no período de validade.

7.3 A DETENTORA estará obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, ainda que o fornecimento decorrente esteja previsto para ocorrer após o término de sua vigência.

7.4 A DETENTORA será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos materiais.

7.5 A DETENTORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

7.6 A DETENTORA estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da Unidade Requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.



- 7.7 A DETENTORA deverá comunicar a SMS.3/Setor de Atas toda e qualquer alteração nos seus dados cadastrais, para atualização.
- 7.8 DETENTORA deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter, durante o prazo de vigência da presente Ata e dos respectivos contratos, todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório que precedeu a celebração deste ajuste.
- 7.9 Em caso de suspeita de desvio de qualidade ou suspeita de irregularidade o fornecedor deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde). Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**

- 8.1 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22.
- 8.1.1 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:
- a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
  - b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.
- 8.2 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:
- a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
  - b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;
- 8.2.1 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.
- 8.3 À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não manter a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa,



serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 8.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

- 8.4** As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

**8.4.1** Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o máximo de 10 (dez) dias.

**8.4.2** No caso de atraso por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da CONTRATANTE, a rescisão contratual, por culpa da CONTRATADA, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

**8.4.3** Multa por inexecução parcial do contrato: 10% (vinte por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, ou que a execução tenha sido considerada não a contento pela fiscalização do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

**8.4.4** Multa por inexecução total do contrato: 20% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

**8.4.5** Pelo descumprimento de qualquer outra cláusula, que não diga respeito diretamente à execução do objeto contratual, multa de 0,5% (meio ponto percentual) sobre o preço mensal;

**8.5** As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

**8.6** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à SMS-3 - Diretoria de Suprimentos, Rua Dr. Siqueira de Campos, nº 176 – 5º andar – Liberdade – São Paulo-Capital, e protocolizado nos dias úteis, das 08h00 às 17h00.

**8.6.1** Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

- 8.6.2** Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.
- 8.7** Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).
- 8.8** São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA PRESENTE ATA**

- 9.1** A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada, de pleno direito, pela SMS, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando a DETENTORA:
- 9.1.1** Descumprir as condições estabelecidas no presente instrumento ou normas legais aplicáveis à espécie;
  - 9.1.2** Não firmar os contratos de fornecimentos ou deixar de dar recebimento à nota de empenho e ordem de fornecimento nos prazos previstos;
  - 9.1.3** Não aceitar reduzir o preço registrado na hipótese de este tornar-se superior aos praticados no mercado;
  - 9.1.4** Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;
  - 9.1.5** Deixar de possuir qualquer das condições de habilitação e ou de participação exigidas na licitação;
  - 9.1.6** Der causa à rescisão administrativa dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços.
- 9.2** A comunicação do cancelamento do preço registrado, nas hipóteses previstas nesta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento.
- 9.3** Esta Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida nas hipóteses de rescisão dos contratos em geral, com as consequências legalmente previstas.
- 9.3.1** A Ata de Registro de Preço também poderá ser rescindida na hipótese de caracterização superveniente da prestação de trabalho nas condições aludidas no §1º, do art. 1º da Lei municipal nº 15.944/2013.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 10.1 Para a execução desta Ata de Registro de Preços, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.
- 10.2 Fica eleito o foro da comarca do Município de São Paulo para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E por estarem de acordo, as partes Contratantes, foi por mim, ....., lavrado o presente instrumento, que lido e achado conforme, é assinado em duas vias de igual teor.

### **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

#### **DETENTORA :**

Nome :

R.G. :

Cargo :

#### **Testemunhas :**

1) Nome :

R.G. :

2) Nome :

R.G. :

**ANEXO - VII**

**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO – CADASTRO RESERVA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº ..../2026-SMS.G**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 6018.2025/0099152-2**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90280/2026/SMS.G**

Aos ..... dias do mês de ..... do ano dois mil e -----, no Gabinete da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, situado na Rua Dr. Siqueira de Campos, 176 – Liberdade - São Paulo, de um lado, a **PREFEITURA DE SÃO PAULO**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**, neste ato representada pela Diretora da Divisão de Suprimentos, senhora XXXXX, por força da delegação conferida pela Portaria nº 890/13-SMS.G, de 30 de maio de 2013, doravante designada, simplesmente, **SMS**, e, de outro, as empresas abaixo identificadas, no **PREGÃO ELETRÔNICO** suprarreferido, resolvem registrar os preços para **FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**, para eventual fornecimento futuro do objeto descrito no Anexo I do Edital do referido Pregão, nos termos do art. 82, VII, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 96, do Decreto nº 62.100/2022, sujeitando-se às seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto desta Ata o **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES (APARELHO DE RAIO-X MÓVEL, APARELHO DE ULTRASSOM SEM APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA, APARELHO DE ULTRASSOM COM APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA, FOCO CIRÚRGICO DE TETO E FOCO CIRÚRGICO DE SOLO MÓVEL) DESTINADOS AOS HOSPITAIS MUNICIPAIS DE SAÚDE VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO**, descritos e especificados no Anexo I do Edital do **Pregão nº 90280/2026/SMS.G**, cujos termos são parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO CADASTRO RESERVA**

**2º Lugar:** Empresa ....., CNPJ nº ..... com sede na ..... nº ....., bairro ....., cidade ....., telefone ....., neste ato representada pelo seu procurador, senhor....., RG ....., CPF....., estado civil....., profissão, nacionalidade, domiciliado à Rua .....

Lote 1: (marca e fabricante), preço unitário, quantitativo;

**3º Lugar:** Empresa ....., CNPJ nº ..... com sede na ..... nº ....., bairro ....., cidade ....., telefone ....., neste ato representada pelo seu procurador, senhor....., RG ....., CPF....., estado civil....., profissão, nacionalidade, domiciliado à Rua .....

Item 01: (marca e fabricante), preço unitário, quantitativo;

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ASSINATURA DO CADASTRO RESERVA**

3.1 Todas as condições, prazos, obrigações e penalidades enumeradas no Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preços também deverão ser observados pelos fornecedores registrados no Cadastro Reserva.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

4.1 O fornecimento por qualquer dos detentores registrados no presente Cadastro Reserva fica condicionado à manifestação expressa de desinteresse pelo detentor antecedente, no prazo concedido pelo Órgão Gerenciador, cuja justificativa deve se ater exclusivamente à caso fortuito ou força maior, resguardada a ordem de classificação.

4.2 Fica eleito o foro da comarca do Município de São Paulo para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E por estarem de acordo, as partes Contratantes, foi por mim, ....., lavrado o presente instrumento, que lido e achado conforme, é assinado em duas vias de igual teor.

**SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

**SEGUNDA COLOCADA:**

Nome:

RG:

Cargo:

**TERCEIRA COLOCADA:**

Nome:

RG:

Cargo:

**Testemunhas:**

1) Nome:

RG:

2) Nome:

RG:

**ANEXO – VIII**

TERMO DE CONTRATO Nº XXXXX/2026/SMS-1/CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90280/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026

PROCESSO Nº: 6018.2025/0099152-2

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

CONTRATADA: XXXX

OBJETO DO CONTRATO: FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES (APARELHO DE RAIO-X MÓVEL, APARELHO DE ULTRASSOM SEM APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA, APARELHO DE ULTRASSOM COM APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA, FOCO CIRÚRGICO DE TETO E FOCO CIRÚRGICO DE SOLO MÓVEL) DESTINADOS AOS HOSPITAIS MUNICIPAIS DE SAÚDE VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO.

VALOR TOTAL: R\$ XXXX (XXXX)

NOTA DE EMPENHO Nº: XXXX/2026 no valor de R\$ XXXX

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: XXXX

O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 13.864.377/0001-30, neste ato representada por seu Secretário Municipal da Saúde, Senhor LUIZ CARLOS ZAMARCO, nos termos da competência que lhe foi delegada, doravante designada como **CONTRATANTE** e a empresa ....., CNPJ nº....., com sede na ..... nº....., bairro....., cidade....., neste ato representada por seu representante legal, Senhor(a) ....., doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em face do despacho autorizatório exarado em documento SEI nº xxxxxxxx do processo nº xxxxxxxx, publicado no DOC/SP de XX/XX/2026 – página XX, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Ata de Registro de Preços nº ....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é o **FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES (APARELHO DE RAIO-X MÓVEL, APARELHO DE ULTRASSOM SEM APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA, APARELHO DE ULTRASSOM COM APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA, FOCO CIRÚRGICO DE TETO E FOCO CIRÚRGICO DE SOLO MÓVEL) DESTINADOS AOS HOSPITAIS MUNICIPAIS DE SAÚDE VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO**, conforme especificações do Termo de Referência e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços.
- 1.2. Vinculam esta contratação, **independentemente de transcrição**, a Ata de Registro de Preços, o Edital de Licitação que a precedeu e seus anexos, especialmente o Termo de Referência, e a proposta da **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
  - 2.1.1. Caso a assinatura do contrato ocorra de forma eletrônica, considera-se como data de assinatura a data da última assinatura digital.
- 2.2. **O prazo de entrega dos equipamentos é de 60 (sessenta) dias úteis a contar da emissão da respectiva Ordem de Fornecimento.**
- 2.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no prazo estabelecido na cláusula 2.2.
- 2.4. Quando a não conclusão do objeto decorrer de culpa da **CONTRATADA**:
  - 2.4.1. A **CONTRATADA** será constituída em mora, aplicáveis as penalidades previstas na lei, na Ata de Registro de Preços e neste instrumento.
  - 2.4.2. A **CONTRATANTE** poderá optar pela extinção do contrato, mediante a aplicação das penalidades previstas na lei, na Ata de Registro de Preços e neste instrumento.
- 2.5. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 3.1. As condições de conclusão, entrega e recebimento do objeto constam no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Licitação), que integra este contrato.
- 3.2. Será observado o seguinte cronograma para a entrega do objeto: **60 (sessenta) dias úteis a contar da emissão da respectiva Ordem de Fornecimento.**
- 3.3. Somente serão analisados pela Administração os pedidos de prorrogação do prazo de entrega nas seguintes condições:
  - a) apresentados até a data final prevista para a entrega; e
  - b) instruídos com as justificativas e respectiva comprovação.
- 3.4. O objeto deverá ser entregue nos seguintes locais:

- a) **HMMMD - Hospital Municipal e Maternidade Mário Degni**  
Rua Lucas de Leide, 257 – Rio Pequeno – São Paulo.
- b) **HMFMPR - Hospital Municipal Prof. Dr. Fernando Mauro Pires da Rocha - (H.M. Campo Limpo)**  
Estrada da Itapecerica, 1661 – Campo Limpo – São Paulo.
- c) **HMIPG - Hospital Municipal Ignácio Proença de Gouveia**  
Rua Juventus, 562 – Mooca – São Paulo.
- d) **HMTS - Hospital Municipal Tide Setúbal**  
Rua Dr. José Guilherme Eiras, 123 - São Miguel Paulista – São Paulo.
- e) **HMJSH - Hospital Municipal Dr. José Soares Hungria**  
Av. Menotti Laudisio, 100 – Pirituba - São Paulo.
- f) **HMWP - Hospital Municipal Prof. Waldomiro de Paula**  
R. Augusto Carlos Bauman, 1074 – Itaquera - São Paulo.
- g) **HMACN - Hospital Municipal Profº Dr. Alípio Correa Neto**  
Al. Rodrigo de Brunn, 1989 – Ermelino Matarazzo – São Paulo.
- h) **HMARS - Hospital Municipal Dr. Arthur Ribeiro Saboya**  
Rua Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro, 860- Jabaquara
- i) **HMCC - Hospital Municipal Dr. Cármينو Caricchio**  
Av. Celso Garcia, 4815 – Tatuapé – SP
- j) **HMBM – Hospital Municipal Dr. Benedicto Montenegro**  
Rua: Antônio Lazaro, 226 - Jardim Iva - São Paulo -SP
- k) **HMAZ - Hospital Municipal Alexandre Zaio**  
Rua Alves Maldonado, 128 – Vila Nhocué
- l) **H.G.V. N. Cachoeirinha- Hospital Municipal Vila Nova Cachoeirinha**  
Av. Dep. Emílio Carlos, 3000
- m) **Hospital Municipal Sorocabana**  
R. Faustolo, 1633 - Lapa, São Paulo - SP, 05041-001

3.4.1. Poderão ser incluídos endereços adicionais de entrega de outras unidades vinculadas à rede SMS, cuja gestão seja realizada por parceiros, conforme disposto nas Portarias nº 790/2017-SMS.G e nº 632/2019-SMS.G;

- 3.5. A entrega do objeto será acompanhada dos seguintes documentos:
  - a) Cópia da requisição de fornecimento de materiais/cronograma de entrega;
  - b) Nota fiscal, nota fiscal-fatura ou documento equivalente.
- 3.6. O(s) objeto(s) será(ão) recebido(s), consoante o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes.
- 3.7. Se durante a atividade de fiscalização o fiscal verificar elementos indicadores de irregularidades ou vícios de qualidade, bem como disparidades com as especificações



estabelecidas para o produto, poderá, a qualquer momento e fundamentadamente, submetê-lo à análise laboratorial, às custas da **CONTRATADA**, conforme o caso.

- 3.8. O objeto do contrato deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
- 3.9. Em caso da identificação de produtos que não estejam em conformidade com as Especificações Técnicas descritas no Termo de Referência, a **CONTRATADA** responsabilizar-se-á por todas as despesas e encargos decorrentes da substituição de objetos em desconformidade no prazo estabelecido pela **CONTRATANTE**, bem como se compromete a entregar o objeto licitado, sanadas todas as ressalvas apresentadas, independentemente das sanções previstas na Ata de Registro de Preços e neste instrumento.
- 3.10. Verificada a compatibilidade da entrega com o estabelecido neste contrato, o fiscal do contrato atestará a sua conformidade.
- 3.11. O recebimento do objeto pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** por vícios de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as Especificações Técnicas do Objeto verificadas posteriormente, nos termos do art. 18 da Lei Federal n.º 8.078/1990.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 3.1. Não será admitida a subcontratação.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 5.1. O valor total contratual é de **R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxx)**.  
(inserir quadro de quantitativos e valor unitário previsto na ata)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na seguinte dotação orçamentária: **XXXXXXXXXXXX**
- 5.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

- 6.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega da nota fiscal ou nota fiscal/fatura acompanhada da documentação exigida na Portaria SF nº 275/2024 e alterações.

- 6.2. Caso necessárias providências complementares por parte da **CONTRATADA**, a fluência do prazo será suspensão, retomando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 6.3. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente de titularidade da **CONTRATADA** no Banco do Brasil, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010.
- 6.4. Havendo atraso no pagamento por parte da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** terá direito à compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05/2012 e alterações.
- 6.4.1. A compensação financeira será calculada aplicando-se, à parcela em atraso, o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.
- 6.5. Antes do pagamento, a **CONTRATANTE** efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência.
- 6.6. Os pagamentos não isentam a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais, nem implicam na plena aceitação do objeto.
- 6.7. Os pagamentos obedecerão às normas da Secretaria Municipal da Fazenda.
- 6.8. A **CONTRATADA** deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:
- a) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
  - b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;
  - c) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;
- 6.8.1. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
- 6.8.2. A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista na cláusula 6.8.1., não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS**

- 7.1. O preço contratado, previsto na Cláusula Quinta deste instrumento, não sofrerá reajuste.
- 7.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o pedido de revisão dos preços contratados observará as regras previstas na referida Ata.

- 7.3. Após o término da vigência da Ata de Registro de Preços, caso este contrato ainda esteja em vigor, o pedido de revisão do preço deverá ser encaminhado à **CONTRATANTE**, que o analisará de acordo com o procedimento previsto na legislação municipal.

**CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 8.1. A **CONTRATANTE** se compromete a executar todas as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, no Termo de Referência do Edital de Licitação que a precedeu, e neste contrato, cabendo-lhe especialmente:
- 8.1.1. cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste contrato e das disposições legais que o regem;
  - 8.1.2. proporcionar todas as condições necessárias à boa execução do contrato, inclusive comunicando à **CONTRATADA**, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração;
  - 8.1.3. designar 1 (um) ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar o contrato, conforme os requisitos de art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o(s) seu(s) suplente(s);
  - 8.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas, observado o disposto no art. 120 do Decreto nº 62.100/2022;
  - 8.1.5. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
  - 8.1.6. efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido na cláusula sexta do presente contrato;
  - 8.1.7. verificada a existência de qualquer infração contratual, relatar os fatos e iniciar o procedimento de aplicação de penalidade, nos termos previstos no contrato, observada a legislação vigente;
  - 8.1.8. aplicar ou propor a aplicação das penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela **CONTRATADA** de quaisquer disposições;
  - 8.1.9. exigir da **CONTRATADA**, sempre que necessário, a comprovação da permanência das condições requeridas para a contratação;
  - 8.1.10. atestar a execução do contrato e sua qualidade, indicando qualquer ocorrência, se for o caso, em processo próprio, onde será processado o pagamento;
  - 8.1.11. encaminhar ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
  - 8.1.12. informar ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** quando a **CONTRATADA** não atender as condições no contrato, bem como sobre as penalidades aplicadas;

- 8.1.13. informar ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** quaisquer intercorrências relativas à execução, que ensejem as tipificações de penalidades previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 8.1.14. realizar o recebimento do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 8.2. A fiscalização do contrato pelo **CONTRATANTE** não exime, nem diminui a completa responsabilidade da **CONTRATADA**, por qualquer inobservância às cláusulas contratuais.

#### **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

##### 9.1. São obrigações da **CONTRATADA**:

- 9.1.1. entregar os produtos de acordo com as normas técnicas exigidas e com estrita obediência às leis vigentes;
- 9.1.2. manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que precedeu este contrato;
- 9.1.3. manter durante toda a vigência do contrato, o padrão de qualidade e as especificações técnicas descritas no Termo de Referência, Anexo do Edital de Licitação, que faz parte integrante do presente instrumento;
- 9.1.4. responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos materiais;
- 9.1.5. executar, sem ônus para a **CONTRATANTE**, as ações necessárias à correção e revisão de falhas verificadas nos produtos e em sua entrega;
- 9.1.6. responsabilizar-se por todos os prejuízos que porventura sejam causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, em razão da execução do contrato;
- 9.1.7. comparecer, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, aos seus escritórios ou em outro local indicado, para examinar e prestar esclarecimentos relacionados ao objeto;
- 9.1.8. apontar e manter um preposto responsável pela boa condução da execução contratual;
- 9.1.9. cumprir os prazos estabelecidos, conforme cronograma, mantendo a **CONTRATANTE** informada do produto e entrega;
- 9.1.10. assumir a responsabilidade sobre encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria;
- 9.1.11. assumir encargos fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto contratual;

- 9.1.12. assumir a responsabilidade, no caso de troca ou reposição de produto entregue fora das especificações técnicas ou com defeito aparente, nos termos e prazos do art. 26 da Lei Federal nº 8.078/1990;
- 9.1.13. cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.1.14. não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da **CONTRATANTE** ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 9.1.15. oferecer amostras para análise da conformidade, sempre que necessário, mediante justificativa da **CONTRATANTE**, assumindo o ônus das análises;
- 9.1.16. comunicar à **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 9.1.17. cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- 9.1.18. comunicar à **CONTRATANTE** toda alteração em seus dados cadastrais, para atualização.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. As Partes obrigam-se a observar e cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e demais normas federais e municipais aplicáveis sobre o tema, em todas as atividades de tratamento de dados pessoais que decorram, direta ou indiretamente, da execução deste Contrato.
- 10.2. A **CONTRATADA** compromete-se a cooperar com a **CONTRATANTE** no atendimento tempestivo e adequado às solicitações dos titulares de dados pessoais, nos termos do art. 18 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), exclusivamente mediante requisição formal da **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E PENALIDADES**

- 12.1. Pelo descumprimento do presente contrato, serão aplicadas as penalidades previstas nesta cláusula.

- 12.2. **Multa por atraso na entrega do objeto:** 1% (um por cento) sobre o valor referente à quantidade que deveria ser entregue, por dia de atraso, até o limite de 19% (dezenove por cento).
- 12.1.1. Ocorrendo atraso superior a 19 (dezenove) dias, a **CONTRATANTE** deverá recusar o recebimento do material, aplicando as sanções referentes à inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso.
- 12.1.2. Na hipótese da subcláusula 12.2.1, o objeto poderá ser recebido, excepcionalmente, mediante justificativa da **CONTRATANTE**, aplicada a multa estabelecida na cláusula 12.2.
- 12.3. **Multa por entrega do objeto em desacordo com as especificações técnicas:** 5% (cinco por cento) sobre o valor do objeto entregue incorretamente, sem prejuízo da obrigação de reposição e entrega do objeto de acordo com as especificações.
- 12.4. **Multa por inexecução parcial do contrato:** 20% (vinte por cento) sobre o valor referente à parcela inexecutada.
- 12.5. **Multa por inexecução total do contrato:** 20% (vinte por cento) sobre o valor contratual.
- 12.5.1. Na mesma multa incorrerá a **CONTRATADA** quando, por qualquer outra razão, der causa à rescisão do contrato pela **CONTRATANTE**.
- 12.6. **Multa por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes deste ajuste não contempladas nas cláusulas acima:** 2% (dois por cento) do valor total da contratação, podendo ser reduzida pela metade por manifestação da fiscalização ou da gestão do contrato quando demonstrada a baixa lesividade do descumprimento.
- 12.6.1. Na hipótese desta cláusula 12.6., poderá, ainda, ser proposta pelo gestor/fiscal do contrato, de maneira fundamentada, a aplicação da pena de **ADVERTÊNCIA** em vez da multa, quando não se justificar a imposição de penalidade pecuniária.
- 12.7. Nas hipóteses das cláusulas 12.4, 12.5, ficará a critério do órgão competente da Administração a aplicação concomitante, em decisão fundamentada:
- a) da pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração, observado o disposto no art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) da pena de inidoneidade por até 6 (seis) anos, observado o disposto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021
- 12.8. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, eventual reincidência, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.9. As sanções são independentes e a aplicação da penalidade de multa não exclui a aplicação concomitante das demais penalidades.



- 12.10. O prazo para pagamento das multas será de 30 dias a partir da intimação da **CONTRATADA**.
- 12.10.1. A multa será devida após a aplicação da penalidade tornar-se definitiva, esgotados eventuais recursos interpostos pela **CONTRATADA**.
- 12.10.2. O valor das multas poderá ser descontado das faturas devidas à **CONTRATADA**.
- 12.10.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 12.11. Para a dispensa da aplicação de penalidade é imprescindível expressa manifestação da Unidade Requisitante, esclarecendo os fatos ou problemas que motivaram o inadimplemento, ou, na hipótese de caso fortuito ou força maior, que a **CONTRATADA** comprove a ocorrência do evento que a impediu de cumprir a obrigação, não bastando, em qualquer dos casos, a mera alegação da inexistência de prejuízo ao andamento dos serviços ou ao erário, conforme previsto no art. 146 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.
- 12.12. A **CONTRATANTE**, por conveniência e oportunidade, observado o disposto na cláusula 12.8, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), em advertência.
- 12.13. O procedimento para aplicação de penalidade observará o disposto nos artigos 145 a 148 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.
- 12.14. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos nele fixados.
- 12.15. Compete à **CONTRATANTE**:
- a) aplicar penalidades de advertência e multa em virtude de infrações ao presente contrato e sugerir ao ÓRGÃO GERENCIADOR a aplicação das penalidades previstas na cláusula 12.8 deste contrato (art. 156, III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021), quando for o caso;
  - b) aplicar quaisquer penalidades, em virtude de infrações ao presente contrato, após o término de vigência da Ata de Registro de Preços.
  - c) informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR quando a Contratada não atender às condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, bem como sobre as penalidades aplicadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 13.1. O contrato será extinto quando da conclusão do seu objeto.
- 13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ANTICORRUPÇÃO**

- 14.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma nos termos do art. 114, II, do Decreto nº 62.100/2022.
- 14.2. As Partes declaram ter ciência dos deveres de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme requisitos das Normas Anticorrupção incluindo, mas não se limitando à Lei Federal nº 12.846/2013, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados e colaboradores, assim como terceiros que as representem, a obrigação de cumprir estas diretrizes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal 62.100/2022 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor - e nas normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 16.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante prévia celebração de termo aditivo, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**



17.1. Este contrato e seus eventuais aditamentos deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do artigo 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e nos sistemas eletrônicos oficiais, conforme previsto no art. 150 do Decreto nº 62.100/2022.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. As controvérsias relativas à execução e à interpretação deste contrato serão solucionadas amigavelmente por meio de negociação entre as partes.

18.2. Não havendo solução consensual, fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial decorrente deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem de acordo as partes **CONTRATANTES**, foi lavrado o presente instrumento, que, lido e achado conforme, segue assinado eletronicamente pelas partes contratantes e por duas testemunhas.

**LUIZ CARLOS ZAMARCO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE  
**CONTRATANTE**

**XXXXXXXXX**  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
**CONTRATADA**

**(INCLUIR O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA)**